



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

MARINA PIRES GUERRA AGUIAR

**PERCEPÇÃO PELOS PESCADORES E PESCADORAS DOS IMPACTOS
SOCIOAMBIENTAIS DO DERRAMAMENTO DE PETRÓLEO NA RESEX
CANAVIEIRAS - BAHIA**

Salvador

2025

MARINA PIRES GUERRA AGUIAR

**PERCEPÇÃO PELOS PESCADORES E PESCADORAS DOS IMPACTOS
SOCIOAMBIENTAIS DO DERRAMAMENTO DE PETRÓLEO NA RESEX
CANAVIEIRAS - BAHIA**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Orientadora: Prof^ª Dr^a Catherine Prost.

Salvador

2025

AGUIAR, Marina Pires Guerra. **Percepção pelos pescadores e pescadoras dos impactos socioambientais do derramamento de petróleo na RESEX Canavieiras - Bahia.** Monografia (Graduação em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2025.

RESUMO

Em agosto de 2019, o Brasil foi palco do maior crime ambiental em extensão: um vazamento de petróleo bruto se dispersou rapidamente pela costa da região Nordeste e Sudeste, por influência das correntes marítimas, atingindo ao menos mil localidades em 130 municípios de 11 estados. O produto, altamente tóxico e cancerígeno, provocou uma série de impactos na saúde, nos ecossistemas e na economia local, atingindo, sobretudo, as populações costeiras. É esse o contexto abordado pelo presente trabalho de conclusão de curso, tendo como objetivo central realizar uma análise sobre a percepção dos impactos decorrentes do derramamento, a partir da perspectiva da população tradicional de pescadores e marisqueiras da Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras, localizada no litoral sul da Bahia. A metodologia tem caráter bibliográfica-documental, baseada principalmente no levantamento de referências sobre “racismo ambiental” e notícias sobre o vazamento ocorrido, com coleta de dados entre os anos de 2020 e 2023, realizada pela autora em sua experiência como parte da equipe no projeto “Impactos Socioeconômicos e Estratégias de Resiliência em Comunidades Pesqueiras do sul da Bahia” (financiado pelo edital Entre Mares - CAPES), sob coordenação da professora Catherine Prost - orientadora deste trabalho.

Palavras chave: Derramamento de petróleo; Racismo Ambiental; Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras.

AGUIAR, Marina Pires Guerra. **Fishers' Perception of the Socioenvironmental Impacts of the Oil Spill in the Canavieiras Extractive Reserve, Bahia.** Undergraduate Thesis (Bachelor's Degree in Geography) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2025.

ABSTRACT

In August 2019, Brazil witnessed the largest environmental crime in terms of territorial extent: a crude oil spill quickly spread along the coastlines of the Northeast and Southeast regions, driven by ocean currents, affecting at least one thousand locations across 130 municipalities in 11 states. The substance, which is highly toxic and carcinogenic, caused a series of impacts on health, ecosystems, and the local economy, particularly harming coastal populations. This is the context addressed by the present undergraduate thesis, which aims to analyze the perceived impacts of the oil spill from the perspective of the traditional fishing and shellfish-gathering communities of the Canavieiras Marine Extractive Reserve, located on the southern coast of Bahia. The methodology is bibliographic and documentary in nature, based mainly on a review of references related to “environmental racism” and news reports about the oil spill, with data collected between 2020 and 2023. This data collection was conducted by the author as part of her experience on the project "Socioeconomic Impacts and Resilience Strategies in Fishing Communities of Southern Bahia" (funded by the Entre Mares call – CAPES), coordinated by Professor Catherine Prost, who also supervised this work.

Keywords: Oil spill; Environmental Racism; Canavieiras Marine Extractive Reserve.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Dinâmica das correntes na costa nordestina. _____	13
Figura 2 - Mosaico de fotos da chegada do óleo em diversas localidades da costa brasileira	14
Figura 3 - Menino coberto de óleo durante limpeza da praia _____	17
Figura 4 - Localização da RESEX de Canavieiras _____	23
Figura 5 – Fotos casa de pescadores indicando a venda de pescado e seu produto _____	37
Gráfico 1 - Nível de escolaridade por gênero _____	38
Gráfico 2 - Locais de pesca por gênero _____	39
Gráfico 3 - Percepção dos impactos na atividade pesqueira por município da RESEX _____	40
Gráfico 4 - Origem do apoio recebido às famílias _____	42
Tabela 1 - Quantitativo de respondentes das comunidades por município _____	36
Tabela 2 - Formas de consumo e comercialização do pescado antes e depois _____	41
Tabela 3 - Principais sintomas relacionados ao contato direto ou indireto com o petróleo ____	43

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO.....	9
3. METODOLOGIA.....	9
4. PANORAMA DO DESASTRE: DINÂMICAS E RESISTÊNCIAS NA RESEX DE CANAVIEIRAS	11
4.1 Chegada do petróleo	12
4.2 <i>Pro Nordeste o país vira as costas</i> : o descaso dos poderes hegemônicos	15
4.3 Alcance dos impactos	20
4.4 RESEX Canavieiras, caracterização do território.....	21
4.5 Protagonismo da RESEX Canavieiras no enfrentamento do petróleo	25
5. QUESTÕES DE RAÇA E GÊNERO: COMO CORPOS EXPERIENCIAM DIFERENTES REALIDADES E CONDIÇÕES SOCIOESPACIAIS	30
6. DADOS COLETADOS: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE	35
5.1 Perfil social das famílias.....	36
5.2 Dados sobre a pesca.....	39
5.3 Voluntários no combate ao petróleo e efeitos na saúde.....	42
7. RESULTADOS E ALGUMAS CONCLUSÕES	44
8. REFERÊNCIAS.....	46

1. INTRODUÇÃO

Em 2019, o Brasil foi cenário do maior desastre ambiental de origem petroquímica registrado em seu litoral, com o aparecimento de extensas manchas de petróleo cru que atingiram praias, estuários e manguezais de 11 estados da costa brasileira. Entre os territórios afetados está a Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras (RESEX Canavieiras), localizada no sul da Bahia, espaço tradicionalmente ocupado por comunidades pesqueiras e marisqueiras que mantêm práticas sustentáveis de uso dos recursos naturais. Essas populações vivenciaram não apenas os impactos ecológicos imediatos do desastre, como também a negligência das instâncias oficiais de resposta, permanecendo em situação de vulnerabilidade socioambiental.

O presente trabalho, sob uma perspectiva geográfica crítica, entende o território como construção social, atravessada por relações de poder, memória e pertencimento. Nesse sentido, o conceito de *racismo ambiental* torna-se ferramenta analítica relevante, ao evidenciar a distribuição desigual dos riscos ambientais e da omissão estatal diante de grupos historicamente marginalizados.

Concordando com Paes e Silva (2012), este conceito pode ser compreendido a partir dos processos de injustiça ambiental, que se revelam através da distribuição desigual de conflitos e de justiça no meio ambiente. De acordo com a autora, existe uma construção histórica e cultural para as sociedades, na valorização e criação de sentidos e valores, culmina em diferentes visões acerca do meio ambiente. Se por um lado se tem a concepção hegemônica de desenvolvimento, diretamente relacionada a uma visão racionaliza burocrática e iluminista que opera na quantificação do meio ambiente através da extração de seus recursos, separando natureza e sociedade, tem-se, por outro lado, comunidades como ribeirinhos, indígenas e quilombolas, não compartilham dessa ótica. Dessa forma, projetos desenvolvimentistas e capitalistas promovem a “degradação ambiental e a reprodução de injustiças sociais” (Paes e Silva, 2012, p. 86)

A lógica predatória no uso dos recursos naturais contribuiu para o movimento por justiça ambiental. Segundo Pacheco (2008), o conceito de racismo ambiental teve início nos Estados Unidos, durante a década de 1970 – período em que os movimentos por direitos civis se destacaram. Neste contexto, parte da população negra passou a protestar contra depósitos de resíduos tóxicos e foi percebido um padrão espacial destes depósitos, que estavam majoritariamente localizados em bairros negros (Pacheco, 2008), denunciando, então, a intencionalidade política ao determinar quais grupos raciais sofreriam as consequências destes

empreendimentos. A partir de então, o racismo ambiental passa a ser discutido e relacionado a diversas formas de violação de direitos através da degradação do meio ambiente por empreendimentos geradores de degradação e poluição em detrimento da população negra. O termo foi incorporado por movimentos ambientais e acadêmicos, sendo difundido como movimentos por justiça ambiental, por ser um termo mais “palatável” por diversos setores sociais que priorizavam a pauta ambiental como uma questão maior e não necessariamente relacionada a questão racial. Neste sentido, Herculano propõe a definição de racismo ambiental como

[...] o conjunto de ideias e práticas das sociedades e seus governos, que aceitam a degradação ambiental e humana, com justificativa da busca do desenvolvimento e com a naturalização implícita da inferioridade de determinados segmentos da população afetados – negros, indígenas, migrantes, extrativistas, pescadores, quilombolas, trabalhadores pobres, que sofrem os impactos negativos do crescimento econômico e a quem é imputado o sacrifício em prol de um benefício para os demais. (HERCULANO, 2006, s/p)

Portanto, o termo racismo ambiental refere-se à imposição de exposições desproporcionais a danos ecológicos sobre populações negras, indígenas e tradicionais, frequentemente excluídas dos processos decisórios e das políticas públicas de mitigação e reparação.

Para compreensão acerca do tema proposto, propõe-se a estruturação do texto em sete capítulos, organizados conforme o detalhamento a seguir. Feita a introdução, serão apresentadas a justificativa e os objetivos que motivam a realização deste trabalho, seguida da metodologia adotada.

Mais adiante, será traçado um panorama a respeito da chegada do petróleo e da omissão do governo federal, tomando como referência o levantamento de notícias e matérias jornalísticas veiculadas sobre o ocorrido e uma contextualização sobre a RESEX Canavieiras.

Posteriormente, serão abordados conceitos e entendimentos que contribuem para a reflexão do assunto, como racismo ambiental, raça e gênero, categorias de território e de populações tradicionais.

Na sequência, serão apresentados os impactos do desastre a partir da perspectiva dos pescadores e marisqueiras de Canavieiras através da análise dos dados coletados em campo. Estes dados foram levantados juntamente com os pesquisadores do projeto intitulado “Impactos Socioeconômicos e Estratégias de Resiliência em Comunidades Pesqueiras do sul da Bahia”, financiado pelo edital Entre Mares - CAPES e coordenado pela professora Catherine Prost, no qual tive a oportunidade de compor a equipe de pesquisa no período entre 2020 e 2023.

Por último, são apresentadas algumas conclusões e considerações finais feitas no âmbito deste trabalho.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO

Este trabalho é mobilizado a partir do reconhecimento da gravidade e das dimensões do impacto do derramamento de petróleo no Brasil, sobretudo sobre a população tradicional e pesqueira. De acordo com o estudo realizado por Souza, Sotão-Neto e Combi

[...] ainda não existe uma identificação mais precisa dos reais impactos relacionados ao derrame, e tampouco ações relacionadas a responsabilização dos culpados e ações de compensação ambiental e socioeconômica às comunidades atingidas. (2024, p. 82).

Portanto, nossa justificativa está baseada na necessidade de fortalecer e contribuir para o debate, visto que o desastre não pode ser esquecido como algo que passou, argumento discutido no livro “Maré Bruta”, publicado em 2024.

Assim, o objetivo central é analisar a percepção dos impactos decorrentes do derramamento pela população tradicional de pescadores e marisqueiras da Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras. De modo complementar, articulam-se os seguintes objetivos específicos: em primeiro lugar, busca-se traçar um panorama histórico acerca da chegada do petróleo à costa brasileira, evidenciando a omissão do poder público diante do evento; em seguida, pretende-se relacionar o desastre ambiental ao conceito de Racismo Ambiental, de modo a explicitar suas dimensões estruturais e sociais; além disso, objetiva-se apresentar e discutir os dados analisados ao longo da pesquisa; por fim, almeja-se contribuir para os estudos e registros acadêmicos sobre o ocorrido, promovendo a difusão de dados e reflexões acerca dos impactos do derramamento de petróleo, tomando como referência o caso de Canavieiras.

3. METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos deste trabalho, foi-se utilizada a seguinte metodologia:

- a) Levantamento e tratamento histórico das matérias e reportagens jornalísticas disponíveis nos veículos de comunicação e mídias que noticiaram o derramamento de petróleo na costa brasileira ocorrido em 2019, a fim de dimensionar e contextualizar o desastre em termos de notícias e divulgação;

- b) Levantamento bibliográfico acerca dos temas e conceitos relacionados à pesquisa, como racismo ambiental, e debate sobre comunidades pesqueiras e modos de vida tradicionais.
- c) Elaboração de gráficos a partir dos dados coletados em campo durante pesquisas anteriores na RESEX Canavieiras, sul da Bahia;
- d) Realização de análise dos dados a partir das respostas e relatos dos pescadores e pescadoras artesanais no contexto da RESEX;

Importante destacar que este trabalho é um desdobramento dos projetos de pesquisas realizados durante o período de iniciação científica por meio dos programas PIBIC - Fapesb e PIBIC - CNPq, nos anos de 2020/21 e 2022, respectivamente. Neste período ainda participei como colaboradora do projeto intitulado “Impactos Socioeconômicos e Estratégias de Resiliência em Comunidades Pesqueiras do Sul da Bahia”, coordenado pela professora Dra. Catherine Prost e vinculado ao programa “Entre Mares”, da CAPES. Através do projeto foram viabilizadas as idas à campo junto ao grupo de pesquisadores, para pesquisa, coleta de dados e contato e entrevistas com diversos atores sociais, como funcionários de instituições públicas e privadas e lideranças comunitárias, sendo estas últimas peças-chaves para esta realização. Ao longo da pesquisa, foram estreitados o contato e as trocas com lideranças comunitárias de diferentes comunidades da RESEX de Canavieiras.

Estas comunidades estão dispersamente situadas ao longo de uma estreita faixa costeira, em uma área em que predomina o ecossistema de manguezal, apresentando certa dificuldade de mobilidade, tanto no deslocamento entre a sede municipal, bem como entre comunidades. Em alguns casos o transporte é feito necessariamente por via hídrica, a depender das condições de tempo e da maré. Em decorrência da dificuldade de acesso somado à chegada da nova calamidade da COVID-19 que se instaurou, a pesquisa precisou ser reestruturada. Neste contexto, foi adotado como estratégia a elaboração de um questionário que pudesse também ser aplicado pelas lideranças em suas comunidades.

Inicialmente foram realizadas diversas reuniões virtuais dos pesquisadores envolvidos no projeto Entre Mares com as lideranças para a definição das questões prioritárias a serem abordadas na coleta de dados e posterior estruturação de um formulário em conjunto às mesmas. Dessa forma, foi possível adotar uma linguagem mais acessível e simplificada, buscando facilitar o alcance e apreensão pelos pescadores e marisqueiras entrevistados. Esta relação de confiança estabelecida com estes atores sociais é fundamental para realização de pesquisas comunitárias, uma vez que as lideranças estão diretamente envolvidas e articuladas com as reais

demandas e com os principais interesses pautados por suas comunidades. Além disso, conhecem de perto a realidade e os desafios locais vividos.

Num segundo momento, as reuniões virtuais se transformaram em oficinas com o intuito de criar um espaço de aprendizado e instrumentalização para uso do Kobo Collect, um aplicativo de coleta de dados móveis por smartphones que faz parte da plataforma KoboToolbox - ferramenta utilizada em pesquisas de campo e levantamentos de dados em áreas remotas. Este aplicativo intuitivo permite que os usuários preencham e enviem formulários de pesquisa de forma digital, facilitando o processo de coleta de dados em locais com pouco ou nenhum acesso à internet. A partir daí, as lideranças deram início a aplicação do questionário em suas comunidades.

Em outubro de 2022, foi realizada nova ida a campo para finalização da coleta de dados nas comunidades remanescentes. O questionário elaborado apresenta um conjunto de 50 questões relacionadas aos impactos decorrentes ao derrame do petróleo em 2019 e à pandemia. As questões foram divididas em sete blocos, sendo:

- Dados gerais do entrevistado e dos familiares;
- Pesca e comercialização;
- Acessos às políticas públicas;
- Participação em organização social;
- Apoios do governo, entidades sociais e/ou empresas;
- Saúde;
- Questões relacionadas à pandemia do Coronavírus.

Diante da grande abrangência temática e volume dos dados coletados, neste trabalho tomamos a decisão em nos ater somente a algumas questões relacionadas ao derramamento do petróleo.

4. PANORAMA DO DESASTRE: DINÂMICAS E RESISTÊNCIAS NA RESEX DE CANAVIEIRAS

Como previamente apresentado, foi em 2019 o ano em que o Brasil vivenciou um dos mais graves desastres socioambientais de sua história: um derramamento de petróleo de origem não identificada que se espalhou silenciosamente por mais de 4 mil quilômetros do litoral,

atingindo praias, manguezais e comunidades pesqueiras em 11 estados das regiões Nordeste, Sudeste e, em menor escala, até mesmo no Norte. Mais do que um problema regional, o desastre teve impactos nacionais: comprometeu a biodiversidade marinha, afetou a cadeia produtiva da pesca artesanal, reduziu o turismo em áreas costeiras - importante via econômica para essas regiões -, pressionou sistemas públicos de saúde e escancarou a ausência de um plano eficaz de resposta ambiental, conforme serão evidenciados os fatos nos capítulos a seguir. O episódio expôs a ineficiência das instituições responsáveis e evidenciou como desigualdades estruturais — especialmente o racismo ambiental — agravam a vulnerabilidade das populações tradicionais em todo o país (SOUZA; SOTÃO-NETO; COMBI, 2024). Nos anos seguintes ao ocorrido, o petróleo ainda era visível em muitos pontos da costa brasileira, com ocorrências maiores no nordeste do país, vale ressaltar, tornando-se símbolo da negligência e da urgência por justiça ambiental no Brasil.

4.1 Chegada do petróleo

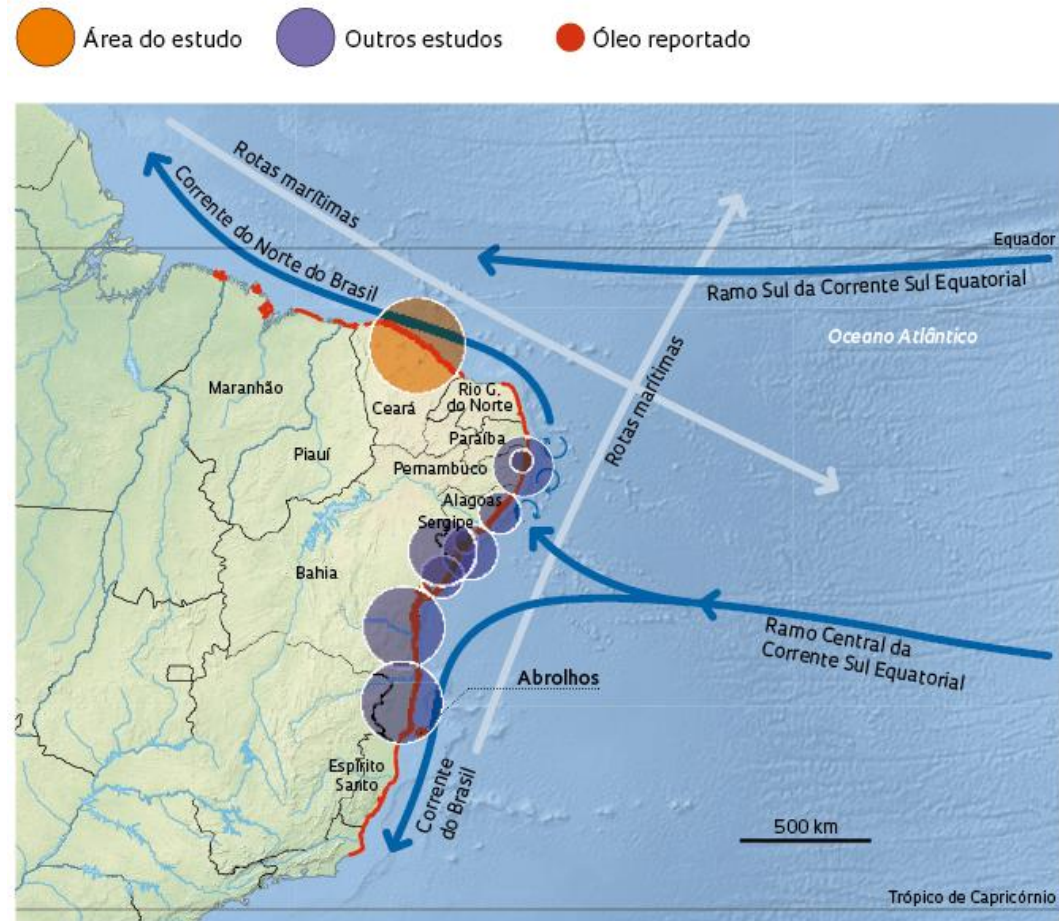
Precisamente no dia 30 de agosto de 2019, foi detectada a chegada de uma grande mancha de óleo de origem desconhecida em praias do município de Conde, localizado no estado da Paraíba. Inicialmente, o episódio foi interpretado como um evento isolado, uma vez que a mancha de óleo foi considerada "órfã", condição em que inexistem informações acerca de sua origem. Todavia, em apenas um mês, manchas adicionais de petróleo se espalharam rapidamente ao longo do litoral da região Nordeste, impulsionadas pela dinâmica das correntes marítimas, conforme relatado pelo oceanógrafo Tarcísio Cordeiro, conforme consta em matéria noticiada pelo portal G1¹.

¹ A notícia foi publicada em 20/10/2019, com o título: **Manchas de petróleo podem favorecer erosão de falésias no litoral da Paraíba, diz pesquisador.** Disponível pelo link: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2022/08/29/vestigios-de-oleo-sao-encontrados-em-praias-do-litoral-sul-da-paraiba.ghtml>. Acesso em: 09/03/2024.

Figura 1 - Dinâmica das correntes na costa nordestina.

PETRÓLEO DE LONGO ALCANCE

Derramamento atingiu uma parte expressiva da costa brasileira



Fonte: Revista Pesquisa Fapesp (2023)

Poucos meses depois, em março de 2020, as manchas já haviam se alastrado por mais de 4.000 km do litoral, atingindo mais de mil localidades de 11 estados brasileiros, trazendo drástico impacto aos ecossistemas e às comunidades costeiras (WWF, 2020).

O episódio se configurou como o maior desastre ambiental em termos de extensão do país. Diversas espécies da fauna marinha foram afetadas e encontradas mortas e a economia e subsistência da população local severamente abaladas. As imagens abaixo, divulgadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA), datadas de 2019, revelam alguns indícios deste cenário devastador².

² A matéria veiculada pelo G1 faz parte da série de reportagens sobre o derramamento do petróleo em 2019. g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/08/27/oleo-no-litoral-um-ano-depois-marinha-conclui-investigacao-sem-apontar-culpados-ou-origem-do-desastre.ghtml. Acesso em: 09/03/2024.

Figura 2 - Mosaico de fotos da chegada do óleo em diversas localidades da costa brasileira



Fonte: Montagem a partir dos registros do IBAMA, 2019.

O óleo atingiu de forma severa ecossistemas altamente sensíveis a mínimas alterações em suas características naturais, especialmente no que se refere às propriedades físicas e

químicas das águas e às dinâmicas das marés. Esses territórios desempenham papel fundamental na manutenção dos ecossistemas costeiros, destacando-se, entre eles, as áreas de manguezal e as unidades de conservação. Muitos desses ambientes apresentam difícil acesso e restrições à mobilidade, como ocorre nos manguezais, que, além de constituírem berçários naturais para a reprodução da vida marinha, figuram entre os ecossistemas de maior complexidade para as ações de limpeza e remoção do óleo, abrangendo desde as manchas visíveis até as micropartículas e os componentes voláteis. De acordo com Clemente Coelho Júnior, oceanógrafo e professor adjunto do instituto de ciências biológicas da Universidade de Pernambuco em reportagem da WWF:

(...) o óleo continuará contaminando o ambiente por décadas. “O intemperismo é físico, químico e biológico. Esses compostos vão sendo alterados e liberados aos poucos. Uma parte das moléculas vão para o ar, no processo de volatilização. Outra parte é tão densa que se desprende do óleo e vai para fundo. E uma outra parte boia. **Esse processo continua por muito tempo. Teria que botar praticamente a população brasileira inteira para ajudar, teria que dragar todos os estuários do litoral e raspar cada raiz do mangue.** E isso jamais vai acontecer.” (WWF, 2020, grifos meus)

No trecho citado, pode-se perceber a dimensão da complexidade dos efeitos da contaminação que, além do prejuízo a longo prazo, necessita de um trabalho intensivo e estruturado, envolvendo a articulação de uma equipe robusta e qualificada para criar ações de controle e mitigação dos impactos em condições ambientais adversas.

4.2 Pro Nordeste o país vira as costas: o descaso dos poderes hegemônicos

O título deste subcapítulo remete à canção *Protesto do Olodum*, composta por Tatau, cuja frase “Pro Nordeste o país vira as costas” sintetiza, de maneira contundente, a lógica histórica de marginalização territorial imposta pelos poderes hegemônicos no Brasil. A escolha dessa referência musical não é meramente estética, mas simbólica: representa a resistência cultural de populações tradicionalmente subalternizadas e evidencia o abismo socioespacial que marca a estrutura social do Estado brasileiro.

A centralidade atribuída ao eixo Sul-Sudeste como espaço privilegiado na legitimação de narrativas, pautada na perspectiva da figura do homem branco e da concentração de capital, reflete uma geopolítica interna marcada pela seletividade e pela desigualdade socioespacial. Ao evidenciar a hierarquização dos territórios, este capítulo busca denunciar o papel do Estado e de seus agentes na manutenção de um projeto nacional excludente, no qual determinadas regiões e populações são sistematicamente invisibilizadas e preteridas. O derramamento do petróleo que atingiu a costa brasileira em 2019 constitui um marco revelador dessa lógica.

No que diz respeito à cobertura jornalística sobre o tema, o Coletivo Intervenções publicou uma robusta pesquisa intitulada “Vozes Silenciadas: a cobertura do vazamento de petróleo no litoral”, que analisou os principais veículos de comunicação de alcance regional e nacional. Segundo notícia publicada no site do Conselho Pastoral dos Pescadores e Pescadoras (CPP)³, o estudo revelou que somente quase um mês após o desastre houve a divulgação do ocorrido pela mídia tradicional e que “60% das vozes ouvidas foram de autoridades públicas e apenas 5% aproximadamente representavam os povos e comunidades tradicionais diretamente afetados” (Conselho Pastoral dos Pescadores e Pescadoras, 2020). Outro ponto de destaque foi em relação ao silenciamento e invisibilidade dos pescadores e marisqueiras afetados.

Verifica-se, por exemplo, que a referência ou nomeação de “pescadores/as” e “marisqueiras” é quase apagada dos títulos dos jornais impressos estudados. Dos 16 títulos de O Globo, não há sequer uma menção às palavras “pescadores”, “pescadoras”, “marisqueiros” ou “marisqueiras”. Já na Folha de S. Paulo, dos 55 títulos listados, os termos aparecem em apenas três. O Estado de S. Paulo abordou o vazamento do petróleo em 31 títulos, mas somente em um referenciou as categorias dos trabalhadores/as atingidos/as. (Conselho Pastoral dos Pescadores e Pescadoras, 2020)

Dessa forma, em relação às abordagens sobre o desastre e às medidas de investigação e de enfrentamento, percebeu-se que houve tanto a omissão na cobertura do assunto pela mídia hegemônica, quanto a negligência e a inoperância do governo federal nas ações de monitoramento e mitigação dos impactos do desastre, bem como na responsabilização dos devidos envolvidos no maior crime ambiental do país.

Ainda em 2019, embora o petróleo já houvesse afetado oito estados e se instaurado a situação de calamidade, somente um mês após o incidente foi determinado pelo governo federal o início das investigações. Importante dizer que neste mesmo mês de outubro, dois Estados já haviam decretado situação de emergência, sendo Sergipe⁴ e Bahia⁵, respectivamente.

Diante da gravidade do desastre ambiental e da incerteza quanto à continuidade da chegada de novas manchas de óleo, comunidades tradicionais costeiras, organizações não governamentais, pesquisadores e voluntários locais mobilizaram-se prontamente para realizar

³ CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES E PESCADORAS. **As manchas de petróleo no litoral brasileiro e o silenciamento de pescadores e pescadoras artesanais**. 2020. Link de acesso disponível em: <https://www.cppnacional.org.br/noticia/manchas-de-petr%C3%B3leo-no-litoral-brasileiro-e-o-silenciamento-de-pescadores-e-pescadoras>. Acesso em: 17/06/2024.

⁴ “Estado decreta situação de emergência por causa das manchas de petróleo no litoral de sergipe”, link: <https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2019/10/05/estado-decreta-situacao-de-emergencia-por-cao-das-manchas-de-oleo-no-litoral-de-se.ghml>. Acesso em: 10/04/2024.

⁵ Para mais detalhes da notícia divulgada em 2019, acessar o link disponível em: <https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2019/10/05/estado-decreta-situacao-de-emergencia-por-cao-das-manchas-de-oleo-no-litoral-de-se.ghml>. Acesso em: 10/04/2024.

mutirões de remoção e contenção do petróleo em praias, manguezais e estuários. Essas ações emergenciais foram conduzidas, entretanto, sem respaldo técnico ou orientações adequadas por parte dos órgãos competentes, expondo os envolvidos ao contato direto com substâncias tóxicas e aos riscos associados ao manuseio inadequado do material contaminante, uma vez que não houve a oferta de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e apoio logístico e de maquinários para remoção e transporte dos resíduos tóxicos. A repetição desse cenário em diversas localidades ao longo da costa nordestina revelou um padrão de atuação autônoma da população costeira, impulsionado pela urgência e pela ausência de informações oficiais, evidenciando fragilidades estruturais das políticas públicas destinadas à prevenção e ao enfrentamento de emergências ambientais no Brasil.

Figura 3 - Menino coberto de óleo durante limpeza da praia de Cabo de Santo Agostinho (PE).



Autoria: Léo Malafaia/AFP, 2019.

Ainda que o Brasil dispusesse de um “Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional” (PNC), decretado em 2013, o qual estabelece diretrizes e procedimentos em resposta e minimização dos danos ambientais provocados em situações emergenciais por aparecimento de petróleo, o Governo Federal demorou 41 dias do primeiro registro do vazamento para acioná-lo⁶.

Em novembro de 2019 foi instaurada a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a origem e as causas do desastre ambiental que atingiu o litoral brasileiro, reunindo diversas autoridades, pesquisadores e especialistas sobre o tema. Os trabalhos foram

⁶ Para consulta, disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/manual-dita-como-agir-em-desastre-com-oleo-mas-governo-violou-instrucoes-24040959?utm_source=chatgpt.com Acesso em: 12/08/2023.

interrompidos pela pandemia da COVID-19 sem um desfecho conclusivo. Representantes de movimentos organizados de pescadores e pescadoras artesanais de todo o Brasil, através da campanha Mar de Luta, lançaram carta de repúdio⁷ e denúncia acerca do pedido de arquivamento da CPI, sem que a investigação apresentasse medidas preventivas e responsabilização dos envolvidos, ignorando a gravidade dos impactos e a situação de crise instaurada. A carta ainda aponta que essa postura abre precedentes sobre o despreparo do Estado e vulnerabilização das comunidades em caso de desastres futuros.

Mesmo com o arquivamento da CPI, foi publicado o relatório parcial aprovado pela comissão, segundo notícia divulgada no portal da Câmara dos Deputados⁸, concluindo que houve omissão dos órgãos federais e atraso na tomada de decisões que influenciaram na redução das possibilidades de minimização dos impactos sociais e ambientais. O relatório também apontou que o auxílio emergencial destinado às populações atingidas, como pescadores e marisqueiras, foi destinado às famílias afetadas somente três meses após o desastre.

O referido auxílio emergencial foi criado através de Medida Provisória (MP) 908/2019, a qual os pescadores dos territórios afetados pelas manchas de óleo cru no litoral que possuam o Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) receberiam o valor proporcional a dois salários mínimos para compensação do prejuízo causado. Acontece que no Brasil os dados produzidos sobre a pesca são defasados e pouco confiáveis. Esta condição se deve, sobretudo, por negligência histórica do Estado no reconhecimento e valorização da classe pesqueira, e também pela ausência de políticas públicas que criem garantias de acesso aos direitos sociais e trabalhistas da classe - em especial as populações tradicionais, pescadores artesanais, marisqueiras e comunidades ribeirinhas.

O RGP é um cadastro nacional, emitido pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, que identifica e habilita pescadores artesanais a exercerem a pesca no Brasil, reconhecendo a atividade enquanto categoria profissional, além de garantir o acesso a benefícios previdenciários e trabalhistas, como o seguro-defeso e a inscrição no Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

De acordo com Januário (2019, p. 7) “A estatística pesqueira tem sido feita de forma pontual e descontinuada, e não são produzidos dados sistemáticos desde 2007, sendo a última

⁷ Link de acesso da notícia disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/05/06/movimentos-pesqueiros-e-organizacoes-cobram-reabertura-de-cpi-do-vazamento-de-oleo/>. Acesso em: 12/08/2023.

⁸A comunicação da Câmara Legislativa divulga em canal oficial a notícia disponível pelo link: https://www.camara.leg.br/noticias/624448-relatorio-aprovado-aponta-omissao-do-governo-em-derramamento-de-oleo-no-nordeste/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em 04/06/2024.

publicação de estatística pesqueira nacional publicada em 2012”. Ainda segundo a autora, os dados publicados neste mesmo ano contabilizavam mais de um milhão de pescadores e pescadoras registrados. Já Maria José Pacheco, ex-Secretária Executiva Nacional do Conselho Pastoral dos Pescadores, durante a *live* intitulada “Perspectivas para as políticas públicas da pesca artesanal no âmbito do consórcio nordeste”⁹ (2020), afirmou que, no Brasil, existem 1,5 milhão de pescadores e pescadoras artesanais, que são responsáveis pela produção de 60% da produção de pescado em território nacional. Destes, 500 mil estão no Nordeste. Contudo, é provável que este número venha a ser mais expressivo, considerando a condição socioespacial de diversos pescadores artesanais do país, no tocante à sua localização, como em comunidades remotas, escolaridade, à ausência de informações sobre seus direitos básicos e à dificuldade no acesso às políticas públicas. O cadastro RGP só volta a ser atualizado em 2025.

Em relação ao auxílio emergencial, o cadastro de novas emissões do RGP estava paralisado desde 2012 em detrimento de muitos pescadores que aguardavam a conclusão dos novos pedidos, ou que tiveram sua solicitação suspensa ou cancelada, além de outros problemas operacionais, conforme matéria divulgada pela Marco Zero Conteúdo¹⁰, inviabilizando o recebimento do benefício.

Após forte pressão e repercussão do caso, as investigações conduzidas pela Polícia Federal, Marinha e pela Petrobras, para apurar a origem e responsabilidade pelo crime ambiental, obtiveram algum avanço. Em 2020, a Marinha do Brasil finalizou o inquérito um ano após o evento¹¹ e apontou que o petróleo teria origem venezuelana, sendo derramado a 700 km da costa brasileira e, posteriormente, se deslocado de forma submersa. Esta condição, juntamente com a chegada da pandemia, dificultou a identificação pelos sistemas de monitoramento remotos utilizados na detecção das manchas de petróleo, intensificando a gravidade da situação.

No ano seguinte, em 2021, a Polícia Federal concluiu as investigações e apontou como responsável o navio petroleiro de bandeira grega, *Bouboulina*, operado pela empresa *Delta Tankers Ltd* e o inquérito foi enviado ao judiciário do Rio Grande do Norte e ao Ministério

⁹ Live: **Perspectivas para as políticas públicas da pesca artesanal no âmbito do consórcio nordeste**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2TdxjxNaZpk>. Acesso em 21/03/2023.

¹⁰ Retirada do site: <https://marcozero.org/marcas-e-lacunas-deixadas-pelo-vazamento-de-petroleo/> Acesso em 21/03/2023.

¹¹ Notícia do canal G1, disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/08/27/oleo-no-litoral-um-ano-depois-marinha-conclui-investigacao-sem-apontar-culpados-ou-origem-do-desastre.ghtml>. Acesso em 21/03/2023.

Público Federal, conforme nota oficial¹² divulgada à imprensa. No documento ainda consta que os custos dispensados à limpeza do óleo nas praias pelas diferentes esferas de governo foram estimados em mais de R\$ 188 milhões. Segundo matéria publicada, em 2023, no portal Revista Pesquisa FAPESP¹³ acerca do estudo sobre o impacto na biodiversidade marinha, até o momento não haviam sido divulgadas atualizações sobre a condenação das empresas envolvidas. Esta situação se mantém até os dias de hoje.

Revela-se, portanto, um crime ambiental com impactos em grandes proporções, de ordem social, ambiental e econômica, cuja resposta do Estado foi marcada por atraso, desorganização e falta de transparência.

4.3 Alcance dos impactos

Segundo o Mapa Colaborativo da Poluição por Petróleo na Zona Costeira do Brasil – Desastre 2019-2020¹⁴, divulgado pelo Instituto Virtual para o Desenvolvimento Sustentável, ao menos 50% da linha costeira brasileira foram afetados pelo derramamento do petróleo, tendo alcançado 11 estados, 130 municípios e 1.009 localidades, e ainda 57 unidades de conservação da natureza, das esferas estaduais e federais. O mapa participativo contou com informações e registros em foto e vídeo coletados em campo por diversos colaboradores entre pescadores, técnicos ambientais, servidores do IBAMA e do Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade (ICMBio), pesquisadores e a população local dos territórios atingidos.

Além dos danos irreversíveis aos ambientes costeiros, os impactos foram devastadores sobre as populações tradicionais que tiveram seus territórios atingidos, especialmente entre pescadores artesanais, marisqueiras e comunidades indígenas e quilombolas que dependem diretamente dos recursos marinhos para subsistência e cultura. A contaminação das águas e manguezais comprometeu a pesca e a coleta de mariscos, fontes essenciais de renda e alimentação. Além da perda econômica imediata, muitas dessas famílias enfrentaram condições de insegurança alimentar e dificuldades de acesso a auxílio emergencial, devido à informalidade do trabalho e à ausência de políticas públicas eficazes. A exposição direta ao óleo também

¹² Divulgação oficial, para mais informações acessar: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2021/12/pf-conclui-investigacoes-sobre-a-origem-das-manchas-de-oleo-que-atingiram-o-litoral-brasileiro-entre-2019-e-2020> Acesso em 20/03/2023.

¹³ “Mais extenso derramamento de petróleo ocorrido no país causa forte impacto na biodiversidade marinha”, matéria divulgada pela Fapesp, pode ser acessada através do link: <https://revistapesquisa.fapesp.br/mais-extenso-derramamento-de-petroleo-ocorrido-no-pais-causa-forte-impacto-na-biodiversidade-marinha/> Acesso em 20/03/2023.

¹⁴ <https://ivides.org/mapa-participativo-petroleo-2019-2020> Acesso em 18/03/2023.

provocou problemas de saúde, como náuseas, dores de cabeça, alergias e complicações respiratórias.

4.4 RESEX Canavieiras, caracterização do território

O município de Canavieiras está localizado no estado da Bahia, inserido na Mesorregião do Sul Baiano e na Microrregião de Ilhéus/Itabuna, situando-se na chamada Zona da Costa do Cacau. Integra o Território de Identidade nº 5 – Litoral Sul, conforme divisão territorial utilizada pelo governo estadual para fins de planejamento e políticas públicas.

Durante o final do século XIX e início do século XX, a produção cacaueira do sul da Bahia se estabeleceu como maior economia do Estado, colocando o país como principal produtor mundial. A retração da atividade canavieira, concomitante ao crescimento da demanda e à valorização das amêndoas de cacau no mercado internacional, configurou-se como um fator determinante para a expansão da cacaucultura e para o consequente dinamismo socioeconômico regional associado a essa cadeia produtiva (Aguiar e Pires, 2019).

Entretanto, a partir da década de 1980, a cacaucultura entrou em forte declínio, provocado por diversas causas como o aumento da concorrência no mercado internacional, a queda acentuada dos preços e, sobretudo, a disseminação da praga conhecida como “vassoura-de-bruxa”, que comprometeu severamente a produtividade das plantações de cacau. Este quadro culminou no fluxo migratório do interior para o litoral, onde concentravam-se as principais cidades urbanas, como Ilhéus, Itabuna, Canavieiras, Una e Belmonte, e no drástico e sistemático aumento de desemprego no sul da Bahia.

Durante os anos 1990 e a primeira década de 2000, o município de Canavieiras passa por um processo de reestruturação. Com o aumento do desemprego, parte da população rural encontra nas áreas de pastagem para criação de gado uma alternativa para a cacaucultura (AGUIAR, 2019). Paralelamente, o município buscava especializar sua economia no setor terciário através de políticas de fomento e incentivo a outras atividades econômicas, a exemplo da produção de coco, da silvicultura (produção de eucalipto), da carcinicultura (fazendas de criação de camarão), bem como promover iniciativas nacionais e internacionais no ramo hoteleiro para integração e desenvolvimento do polo turístico da região da Costa do Cacau, com empreendimentos para construção de condomínios e resorts (Aguiar, 2022).

Por outro lado, a pesca artesanal também se configurou como uma importante atividade econômica. Segundo o Instituto ECOTUBA (2006) pioneiro no monitoramento do caranguejo uçá em Canavieiras, grande parte das famílias que migraram para a cidade em busca de trabalho,

encontraram na mariscagem uma forma alternativa de garantir seu sustento. De acordo com Paulo César Bahia Aguiar

[...] pode-se ter noção da importância da atividade pesca para o município de Canavieiras, que no ano de 2002 produziu 664,8 toneladas de pescado, a um valor estimado de R\$ 10.258.880,42. Esse valor alcançado pela produção pesqueira do município de Canavieiras no ano de 2002 superava o valor da produção alcançado pelo principal produto agrícola do município no ano de 2006, o coco, cujo valor deste foi de R\$ 7,0 milhões. (AGUIAR, 2011, p. 67).

Esse dinamismo social e econômico gerado pelo aumento da captura do pescado pela população recém chegada, somado às iniciativas externas, como carcinicultores, latifundiários e especuladores imobiliários, pressionou fortemente as áreas de manguezais e as espécies locais - sobretudo o caranguejo-uçá, causando a mortandade da espécie, desequilíbrio ambiental, conflitos e impactos negativos às comunidades pesqueiras da região.

Diante deste cenário, em 2001 surge uma mobilização por um grupo de marisqueiras encabeçada pela líder comunitária Vilma Xavier, atraindo outros grupos da pesca artesanal e organizações da sociedade civil para criação da RESEX Canavieiras junto ao IBAMA e ao Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT) (Sapucaia, 2024). Essa articulação visava estratégias para garantir a conservação do ecossistema e a continuidade da atividade extrativista. O movimento desencadeou um processo mais amplo de articulação envolvendo pescadores artesanais, organizações da sociedade civil, o IBAMA, e posteriormente o ICMBio, culminando na formalização e implementação da Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras (RESEX Canavieiras) em 2006.

Conforme estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei nº 9.985/2000, que estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação, a categoria Reserva Extrativista é definida como:

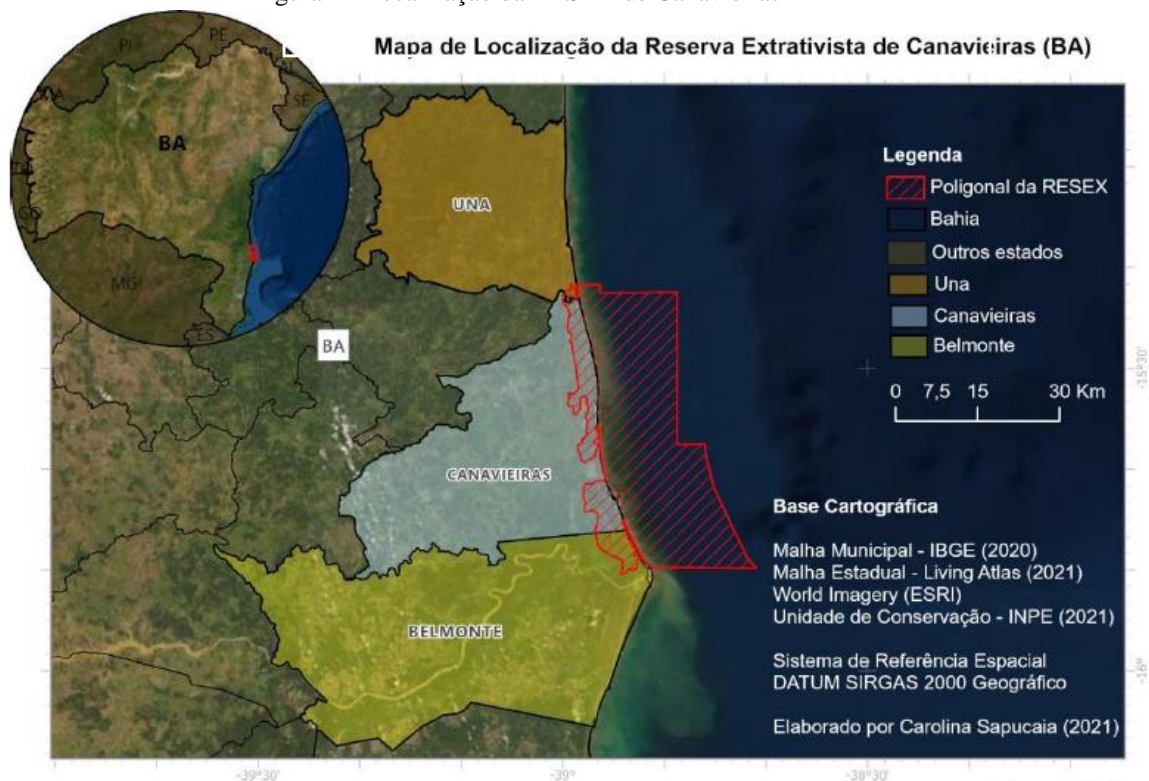
uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. (BRASIL, 2000)

A concepção desta modalidade de unidade de conservação está estritamente vinculada à trajetória histórica do movimento extrativista brasileiro. Fruto das mobilizações encabeçadas por Chico Mendes nas décadas de 1970 e 1980, o movimento articulou seringueiros, ribeirinhos, indígenas e sindicalistas rurais na luta contra a expansão de latifúndios e o avanço do

desmatamento na Amazônia. O objetivo era assegurar o reconhecimento estatal das populações tradicionais da floresta como protagonistas na preservação de seus territórios e consolidar um novo modelo de conservação que conciliasse proteção ambiental e permanência das comunidades em suas áreas de uso tradicional. Somente em 1990 é criada a primeira Reserva Extrativista Chico Mendes.

A RESEX Canavieiras é uma unidade de conservação federal de uso sustentável, com uma área total de 150.232 hectares, abrangendo majoritariamente o município de Canavieiras, estendendo-se também aos municípios de Belmonte, ao sul, e Una, ao norte, reconhecendo cerca de 1.900 famílias¹⁵, segundo o ICMBio, como beneficiárias diretas do território. Contudo, de acordo com Sapucaia (2024), atualmente a Unidade de Conservação abriga cerca de 3.000 famílias, que têm a pesca artesanal e a agricultura como principais atividades econômicas.

Figura 4 - Localização da RESEX de Canavieiras



Fonte: Sapucaia (2024)

¹⁵ Segundo nota publicada pelo ICMBio (2018): “Mais de 1.900 famílias residentes na RESEX já estão reconhecidas (homologadas) e cerca de outras 500 por cadastrar, e todas vivem principalmente do agroextrativismo, sendo a pesca a principal atividade produtiva, mas contando ainda com o extrativismo vegetal, a agricultura familiar e a criação de animais”. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/noticias/ultimas-noticias/nota-RESEX-canavieiras-e-seu-acordo-de-gestao>. Acesso em: 29/06/2024.

A RESEX Canavieiras configura-se como um território tradicional – cujas águas e manguezais são de uso coletivo - voltado à proteção dos meios de vida e da cultura das populações extrativistas tradicionais, em consonância com os princípios da sustentabilidade e da justiça socioambiental. Compreende-se aqui a configuração de um espaço simbólico, que só pode ser entendido pela relação orgânica e indissociável de um grupo social com seu território, lhe conferindo sentido e identidade.

Além de seu papel ecológico, a unidade é um importante espaço de resistência e reprodução social das comunidades locais frente às ameaças impostas pela degradação ambiental, pela pressão do capital sobre o território e pela ausência ou precariedade de políticas públicas voltadas a essas populações. É neste sentido que a população tradicional costeira atua, historicamente, de forma organizada para obter sua subsistência a partir dos recursos naturais característicos disponíveis em seus territórios.

Desde a criação da unidade de conservação, pescadores e marisqueiras vêm se organizando socialmente de modo a desempenhar um papel central estruturante na gestão do território, frente aos conflitos de interesse no território de ordem econômica, fundiária e política, bem como na luta por direitos e políticas públicas. A exemplo, pode-se destacar o papel da AMEX, Associação Mãe dos Extrativistas da RESEX de Canavieiras, entidade que estabelece uma articulação em rede conjuntamente com as outras associações presentes na unidade de conservação, a Rede de Mulheres Extrativistas de Comunidades Pesqueiras da Bahia. É da AMEX a iniciativa de criação do Banco Comunitário de Canavieiras (BAMEX) e da moeda social, MOEX.

Em sua dissertação de mestrado, Sapucaia (2024) destaca que dentre as conquistas da AMEX estão: construção de 233 casas através de programas de habitação; obtenção de créditos de apoio à atividade pesqueira e à agricultura familiar através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); e aquisição de instrumentos para pesca, por meio de convênios junto à entidades governamentais. Além disso, em razão da insegurança alimentar causada pelo derramamento de petróleo seguido da pandemia, em 2020, a AMEX, junto a Rede de Mulheres, foi responsável pela criação do projeto “Quitanda Solidária”. Consistiu na criação de pontos para troca de alimentos na sede das associações das comunidades mais vulneráveis.

Com apoio de doadores, foram adquiridos gêneros alimentícios não perecíveis e materiais de limpeza para a instalação das quitandas, cujos produtos eram trocados por peixes e frutos do mar. Os pescados foram trocados junto a agricultores(as) familiares e assentamentos de reforma agrária da região, estabelecendo uma rede de solidariedade durante todo período crítico da pandemia (SAPUCAIA, 2024, p. 42).

4.5 Protagonismo da RESEX Canavieiras no enfrentamento do petróleo

A região costeira do Sul da Bahia tem sido historicamente tensionada pela prospecção e leilões de blocos para exploração de petróleo próximos ao Banco dos Abrolhos — reconhecido como o mais importante berçário da biodiversidade marinha do Atlântico Sul. Nesse contexto, as Unidades de Conservação (UCs) de uso sustentável, configuram-se como dispositivos socioambientais estratégicos para a proteção dos ecossistemas costeiros, dos modos de vida tradicionais e da continuidade das práticas extrativistas sustentáveis.

Segundo Carlos Alberto Pinto, presidente da CONFREM (Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinheiros) durante sua fala na CPI do Derramamento do Óleo¹⁶, existe um longo processo de enfrentamento e luta diante da expansão petrolífera na região dos Abrolhos e porção sul da RESEX de Canavieiras. Este processo teria se iniciado após ter sido anunciado pela ANP (Agência Nacional de Petróleo) o leilão de blocos petrolíferos entre 2002 e 2006, que foram adquiridas por diversas empresas da indústria do petróleo. Durante as audiências públicas realizadas durante a etapa de licenciamento para os estudos sísmicos, os beneficiários da RESEX se posicionaram contra a iniciativa, argumentando a fragilidade ambiental e a importância do manguezal para as comunidades que dependem dele. Após forte pressão, o IBAMA estabeleceu condicionantes para o processo e exploração do óleo: deveriam ser feitas simulações para caso acontecesse vazamento de petróleo, com a participação dos pescadores, que conhecem fidedignamente cada particularidade de seu território, bem como das dinâmicas e condições de maré. Ao longo destas ações, mais de cem pescadores e pescadoras da RESEX teriam sido capacitados para contenção e remoção do óleo.

Este treinamento prévio, somado às habilidades da pesca artesanal e notório conhecimento sobre as especificidades do território, foi crucial para o desenvolvimento de estratégias no enfrentamento de acidentes e vazamento de petróleo.

Já no contexto do crime ambiental em 2019, com a aproximação das manchas de petróleo cru às praias e estuários da região, lideranças de diferentes comunidades se organizaram em Canavieiras, através da mobilização de pescadores, marisqueiras e voluntários. Rapidamente foi articulada e criada a campanha SOS MAR CANES para contenção da chegada do óleo. Famílias inteiras das comunidades, pessoas de outros municípios, organizações da

¹⁶ BRASIL, Câmara dos Deputados. **CPI do Derramamento de Óleo no Litoral Brasileiro**. Depoimento de Carlos Alberto Pinto, 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/59408>. Acesso em: 20/05/2021

sociedade civil e ambientalistas se integraram. De acordo com Carlos Pinto, cerca de 300 lideranças participaram ativamente do grupo de contenção. Foram criados um plano de emergência e uma tabela de monitoramento com indicadores que eram atualizados diariamente nos pontos cruciais, com escalas de revezamento para vigilância contínua pelas equipes, as quais se alternavam dia e noite para checagem e retirada do material.

Neste plano de emergência foi mensurada a quantidade de recursos humanos, materiais e equipamentos necessária para contenção e limpeza da área da RESEX, em seus 70 quilômetros de costa. Foi também estabelecido um marco zero em Ilhéus, situado a 120 quilômetros ao norte da UC. Com o avanço do petróleo e alcance do marco, foi dada a contagem regressiva para início da execução plano.

No dia 26 de outubro 2019 o óleo atingiu a RESEX de Canavieiras. Nos primeiros momentos a prefeitura teria negado a existência do petróleo nas localidades e os voluntários relataram ausência de apoio governamental nas três esferas administrativas. A campanha contou com o apoio do ICMBio e com a presença pontual da Marinha. Contudo, através de forte pressão e articulação, a mobilização conseguiu doação de EPIs por ONGs, empresas privadas e outras pessoas.

Muitos empresários locais foram contra a mobilização, pois não queriam que a visibilidade do desastre afetasse a economia local, principalmente do setor de turismo. Carlos afirma em sua fala em tom de denúncia a posição dos governos a serviço do capital, interessados em defender a indústria do turismo "A gente viu e aprendeu que somos nós que temos que nos preparar para defender nosso território. Somos nós que temos que defender as águas". O petróleo foi recolhido pelas equipes voluntárias que utilizavam recursos próprios, como as embarcações e combustível, ou doações. O material tóxico recolhido era destinado aos pontos estipulados estrategicamente. As prefeituras de Canavieiras, Belmonte e Una eram responsáveis pela realocação, armazenamento e destinação destes resíduos. Contudo, foram denunciadas por negligência e demora na retirada do óleo, fazendo com que os avanços da maré devolvessem o óleo recolhido para o mar, desconsiderando o trabalho da mobilização.

Durante a operação, instalou-se uma situação de terror e desespero nas comunidades, principalmente no momento em que foi identificada, através do monitoramento, a predominância do óleo em toda extensão da RESEX. Várias famílias deixaram seus afazeres de casa e trabalho para dedicar exaustiva e diariamente à contenção do óleo.

Sob sugestão de Miguel Accioly, professor de biologia da UFBA e membro do Conselho Deliberativo da RESEX de Canavieiras, foi elaborada uma cartilha com orientações de como “pescar” o petróleo no mar, com orientações técnicas a partir da troca de experiências

com comunidades pesqueiras. Durante seu depoimento na mesma CPI do Óleo, Accioly conta ainda que todas as ações foram realizadas com os mutirões de voluntariados e que, com exceção do ICMBio, não contaram com nenhum apoio institucional para uma operação estratégica no combate efetivo ao avanço do petróleo. As ações só puderam ser executadas em conjunto com os pescadores artesanais, que são guardiões do território e detêm o conhecimento necessário acerca da hidrodinâmica local¹⁷.

Ainda segundo o professor, foi possível, em uma das ocasiões, empurrar uma mancha de 600 quilos de óleo com um barco a remo numa área de manguezal, até um ponto onde outros pescadores aguardavam para retirá-la. Através de armadilhas para “pescar” mancha de petróleo no mar, evidenciou-se a possibilidade de reduzir o impacto, recolhendo petróleo antes que ele contaminasse os estuários e a linha de costa.

A matéria publicada pela BBC News Brasil (2019)¹⁸ corrobora o contexto da crise e desafios dessa operação de guerra:

Todo o sistema de defesa foi montado com doações e apoio de empresas da região, organizações não governamentais e pesquisadores. Sem recursos emergenciais ou equipamentos do poder público, o jeito foi apostar em materiais dos próprios pescadores ou disponíveis no ambiente, como barcos de variados tamanhos, puçás, redes e cortinas feitas com siripoias e galhos de casuarina. Isso sem falar na força humana (UCHOA, V. 2019).

Durante o trabalho de campo, em novembro de 2021, foram entrevistadas algumas pessoas que estiveram à frente da operação. Uma delas foi de Raimundo, servidor do ICMBio lotado na RESEX de Canavieiras. Ele afirma que inicialmente a articulação encabeçada pela AMEX e pescadores artesanais promoveu uma reunião com objetivo de discutir e cobrar ações preventivas frente à possibilidade da chegada do óleo. Esta reunião contou com representantes do ICMBio, da prefeitura e das lideranças comunitárias e resultou em um plano de ação, com funções definidas de mobilização em cada comunidade, alcance de donativos e divulgação. Contudo, segundo relato do servidor, corroborada por falas de outras lideranças comunitárias

¹⁷ Descrição da fala do professor Miguel Accioly durante a **CPI do Derramamento de Óleo no Litoral Brasileiro**, 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/59408>. Acesso em: 20/05/2021.

¹⁸ UCHOA, Vitor, A 'operação de guerra' montada por pescadores para conter avanço de óleo em Abrolhos. BBC News Brasil. 29 outubro 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50226467>. Acesso em: 15 de agosto de 2021.

da pesca em conversa durante as atividades de campo, desde o início da articulação a relação com a gestão municipal teria sido desgastante e conflituosa.

Em seu depoimento, Raimundo relatou alguns desafios desta operação, bem como a preocupação geral com impactos da chegada do petróleo, já que havia recaído sobre um grande contingente voluntário, sobretudo a população ribeirinha e pesqueira, o trabalho efetivo na limpeza e contenção de um produto químico cuja periculosidade e prejuízos à saúde causados pela exposição direta e indireta eram desconhecidos.

O que a gente discutia aqui era a preocupação com as barras de Canavieiras. Com a entrada desse material nos manguezais, que é o local de trabalho de mais de 2.000 famílias no município. Toda a cadeia da pesca, né? Cerca de 30 % da cidade é de pescador e marisqueira. Então a preocupação gigantesca era essa, porque dentro desse processo existe o processo de acumulação pelos moluscos bivalves como ostra, sururu, lambreta e outros tipos de contaminação (Fala de Raimundo em entrevista, 2021).

Num primeiro momento, teria sido realizado um levantamento dos pescadores locais que dispunham de embarcações capacidade do motor para monitoramento e posteriormente definidos os nomes e funções das pessoas que estariam em cada atividade.

O servidor afirma que, durante a articulação, haviam frentes responsáveis pela arrecadação e recebimento de doativos para o enfrentamento da crise, como máscaras, luvas, botas, pás, carrinhos de mão, caixas coletoras, barris, etc. Este material era enviados por órgãos e empresas como a Queiroz Galvão, Embasa, Defesa Civil de Salvador, bem como pela população, mas em determinados momentos estiveram em falta durante o enfrentamento.

A sede do ICMBio foi então utilizada como centro das ações e de base para alocação de suprimentos e do material utilizado pelos voluntários. Além disso, o ICMBio fornecia também insumos como alimentação e combustível para embarcações que estavam realizando o monitoramento das áreas.

As jornadas das equipes eram intensas e o acesso às localidades sensíveis e distâncias entre as comunidades tornavam o trabalho ainda mais difícil. Essa condição fica explícita na fala do servidor:

A gente fechava o escritório do ICMBio às 18 ou 19 horas e ia pra praia ficar até meia noite, uma hora da manhã. A parte da maré da praia que conseguimos pegar era só na Praia da Costa e tínhamos outras equipes monitorando a Barra Velha, que é uma praia cerca de 10 km, de difícil acesso, e tinha uma ligação com Belmonte, com as

marisqueiras de Belmonte, que fizeram um trabalho excelente, monitorando as barras de lá. E a Barra do Peso, que é próximo aqui a Atalaia - é uma praia que você tem que rodar de moto 16km -, era o pessoal de Campinhos que estava nesta área fazendo monitoramento para avisar quando chegasse óleo. No início chegaram grandes quantidades. O pessoal recolheu, ainda sem EPI. A gente tinha áudios no Whatsapp circulando, que havia desespero quando algumas manchas de mais de uma tonelada de óleo chegavam na praia e se despedaçavam na onda. Que era o medo que o pessoal tinha desse material entrar e contaminar os manguezais, porque iria inviabilizar completamente a pesca tradicional. (Fala de Raimundo em entrevista, 2021).

Ao longo do processo, a prefeitura de Canavieiras seria o órgão responsável pela retirada e acondicionamento dos barris de petróleo removidos pelos voluntários nas praias. Contudo, o servidor denuncia que a prefeitura havia se comprometido com o fornecimento de maquinário pesado para o recolhimento do material coletado pelos voluntários, assim como garantir outras frentes de apoio e não cumpriu os acordos. O material só haveria sido retirado e acondicionado de maneira improvisada e irregular em uma escola pública após a chegada de técnicos do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia - INEMA e do IBAMA, que seriam os órgãos responsáveis pela alocação do material em segunda instância, reiterando a responsabilidade da gestão municipal no recolhimento.

Paralelamente, notícias e registros começaram a se espalhar pelas redes sociais, buscando informar a situação e precaver a população, ao mesmo tempo em que havia o compartilhamento de informações que negavam a realidade dos fatos por pessoas ligadas a setores políticos e econômicos da cidade, gerando desinformação na população. Esta realidade reflete parte da percepção dos impactos pela comunidade local.

Assim como as fotos de negação do óleo, tinha fotos de barris de óleo abertos, atraindo pássaros e mamíferos como o professor havia nos alertado, com a liberação da substância benzenoide, que tem um cheiro forte. Tudo isso começou a circular. A gente conseguiu fazer alguns cards informativos e alguns folhetos e distribuir e fazer um trabalho isento. A prefeitura não está afim de ajudar, a gente faz! (Fala de Raimundo durante a entrevista, 2021)

Mesmo sem o apoio operacional e institucional do poder público, a articulação dos pescadores artesanais da RESEX de Canavieiras mobilizou cerca de 300 voluntários de diferentes localidades e municípios da região. Ao todo, através da campanha SOS MANGUE

MAR CANES, foram retiradas ao menos 40 toneladas¹⁹ de petróleo e posteriormente o plano de emergência criado foi divulgado oficialmente dentro do ICMBio e serviu como metodologia de ação no enfrentamento ao petróleo para outras UCs no extremo sul da Bahia como RESEX do Cassurubá, Caravelas, e PARNA Abrolhos.

5. QUESTÕES DE RAÇA E GÊNERO: COMO CORPOS EXPERIENCIAM DIFERENTES REALIDADES E CONDIÇÕES SOCIOESPACIAIS

Ao pensarmos no contexto das populações tradicionais no Brasil e seus territórios marcados por conflitos, sobretudo, agrários, faz-se imprescindível situá-los no marco de um processo histórico e sistemático de exclusão racial. Tal processo é produto direto de uma ordem social branca, colonial e expropriadora, que estruturou a formação do território brasileiro a partir da invasão e dominação de terras de povos originários e sobre a instituição de um regime escravocrata que, mesmo diante de grandes frentes de resistência negra e indígena, perdurou por mais de três séculos.

A escravidão, longe de ser um episódio isolado - quer dizer, um evento com início, meio e fim determinados durante um único período -, configurou-se como fundamento predominante de uma ordem social, econômica e espacial, pautada na hierarquização e segregação de corpos. Essa lógica que perdura até a atualidade, é reflexo de uma nação que foi o último país das Américas a declarar a abolição em 1888. Somado a isso, a Lei de Terras de 1850 foi um dos marcos do racismo estrutural por transformar o acesso à terra de posse para propriedade por compra, o que excluiu a maioria da população negra liberta, marginalizando essa população.

Aqui, concordamos com Polli (2016) a respeito das comunidades quilombolas entendidas como

grupos étnicos formados não só por escravizados e insurgentes contra o regime escravocrata brasileiro – que teve fim com a lei de alforria de 13 de maio de 1888 –, mas também por aqueles que, agora ex-escravos, se viram obrigados a formar novos espaços como estratégia de sobrevivência e resistência ao modelo concentrador de propriedade, oficializado a partir da Lei de Terras nº 601 de 1850. (POLLI, 2016, p. 6)

¹⁹ De acordo com fala de Carlos Alberto Pinto, liderança comunitária da RESEX Canavieiras, integrante da Comissão Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) e representante da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas (Confrem), em entrevista ao jornal Le Monde Diplomatique Brasil, 2020. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/estamos-defendendo-a-nossa-casa-relata-lider-de-pescadores/>. Acesso 25/04/2025.

Sem políticas efetivas de reparação histórica, este passado segue cristalizado em formas persistentes de violência, continuando a moldar desigualmente as dinâmicas espaciais através dos mecanismos de marginalização que incidem sobre as populações, incluindo as comunidades tradicionais.

Neste sentido, compreendemos as populações tradicionais como povos que possuem uma relação específica e essencial com seu território, onde reproduzem socialmente seu modo de vida a partir da coletividade, criando sentidos próprios de cultura e organização social. São, portanto, populações que historicamente resistem às diferentes lógicas expropriatórias na luta por justiça ambiental e pelo direito à terra. Lógicas estas executadas por diferentes ordens, promovendo conflitos e impactos ambientais, a exemplo de projetos desenvolvimentistas e do coronelismo, herança colonial que se mantém ainda nos dias de hoje no interior do Brasil.

Na discussão sobre justiça ambiental, Acsehrad et al. (2004) trazem a citação de um memorando publicado em 1991, pelo então economista chefe do Banco Mundial, o qual propunha incentivar a implementação das indústrias poluentes para países menos desenvolvidos. Segundo estes, dentre os critérios elencados para justificar a escolha estariam: um menor impacto estético para os países desenvolvidos; a baixa expectativa de vida da população mais pobre; e o viés econômico, já que o custo com óbitos nestes países seria menor do que em países ricos.

Conforme indica o referido memorando do Banco Mundial, é para as regiões mais pobres que se têm dirigido os empreendimentos socioeconômicos mais danosos em termos ambientais. Do mesmo modo, é nas áreas de maior privação socioeconômica e/ou habitadas por grupos sociais e étnicos sem acesso às esferas decisórias do Estado e do mercado que se concentram a falta de investimento em infra-estrutura de saneamento, a ausência de políticas de controle dos depósitos de lixo, a moradia de risco, a desertificação, entre outros fatores, concorrendo para suas más condições ambientais de vida e de trabalho. (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2004, p. 8)

Para este trabalho, optamos por trabalhar com a noção de racismo ambiental como ferramenta analítica, partido do pressuposto que a hierarquização social e territorial no Brasil tem base racial e está intrinsecamente relacionado à distribuição desigual de renda, de garantias sociais, assim como das catástrofes e calamidades ambientais. Acsehrad, Mello e Bezerra (2004) afirmam que há um senso comum e dominante sobre a ideia de degradação ambiental, a partir de uma narrativa difundida pelos meios educacionais, veículos midiáticos, sociedade civil, dentre outros setores, em que todos experienciamos os mesmos riscos diante da crise ambiental, como se toda a sociedade fosse vítima potencial, independentemente da sua classe ou raça. No

entanto, os autores argumentam que a aparente universalidade da crise ecológica oculta as estruturas de poder que direcionam os empreendimentos poluentes, a falta de infraestrutura e os passivos ambientais justamente para grupos com menor capacidade de defesa e menor acesso às instâncias decisórias.

Elionice Sacramento, pescadora e quilombola da comunidade de Conceição de Salinas, no município de Salina das Margaridas (BA), aborda o termo em sua dissertação, trazendo a intersecção com o recorte de gênero:

O racismo ambiental manifesta-se nas ações da política desenvolvimentista, nas quais aquilo que é saneado das cidades é lançado nos Territórios Tradicionais, bem como tudo aquilo que não cabe na estética das cidades e dos empreendimentos – seja de ordem social ou econômica – é lançado nas Comunidades Tradicionais, o que gera profundos impactos no ambiente e no modo de vida das pessoas, especialmente na das mulheres. (SACRAMENTO, 2022. p. 10)

Esse trecho evidencia como o racismo ambiental opera de forma estruturante nas políticas desenvolvimentistas, transferindo para os territórios tradicionais os impactos e os rejeitos indesejados pelas cidades e pelos grandes empreendimentos. Neste sentido, crimes ambientais como o derramamento de petróleo de 2019 constituem uma ordem que naturaliza a violação dos direitos de populações historicamente marginalizadas, como as comunidades pesqueiras, quilombolas e indígenas.

Após a coleta dos dados da presente pesquisa, apresentados mais adiante, veremos que em Canavieiras, no âmbito do papel feminino, as mulheres se dedicam às jornadas duplas ou triplas, acumulando funções com o cuidado dos filhos e do lar, a pesca e o beneficiamento. Frente ao derramamento do petróleo, a vulnerabilização social torna-se ainda mais evidente. Fatores como racismo ambiental e desigualdades de gênero são marcantes em pesquisas diretamente ligadas com o tema de nossa discussão. Concordando com Elionice Sacramento (2019)

Raça, gênero e etnia são bem presentes no debate sobre direito ao território. Somos uma comunidade expressivamente negra, na qual o marcador de gênero é muito presente e as mulheres não só são maioria na comunidade, como também nas atividades produtivas, associativas, nas organizações culturais, identitárias e religiosas. (p. 57)

A fala da autora é corroborada também em relatos feitos por lideranças comunitárias como Ednalva Reis, Eliete Paraguassu e Marizelha Lopes (moradoras e ativistas quilombolas e

marisqueiras de Salinas nas Margaridas-BA e Ilha de Maré, Salvador - BA), no documentário “Mulheres das Águas” (direção de Beto Novaes, 2016).

É a mulher que coordena, é a mulher que administra. No mundo da pesca, por exemplo, são as mulheres marisqueiras que coordenam sua casa. No contexto da questão quilombola, na questão da pesca, são elas que tomam as rédeas da situação. Até mesmo no conflito, são elas que estão no embate. [...] São elas que estão vulneráveis à chegada destes empreendimentos. Na verdade, elas estão vulneráveis a qualquer coisa, mas também estão empoderadas no discurso que têm e na forma de administrar o modo de vida de suas famílias. (Fala de Eliete Paraguassu)

As mulheres, especialmente, são as mais atingidas, pois acumulam funções produtivas, domésticas e comunitárias, sendo diretamente afetadas na saúde, na renda e no seu papel como guardiãs do território. Akotirene afirma que “para a mulher negra inexistente o tempo de parar de trabalhar, vide o racismo estrutural, que as mantém fora do mercado formal, atravessando diversas idades no não emprego, expropriadas”. (AKOTIRENE, 2019. p. 18). Esse entendimento pode ser compreendido pela condição de mulheres que encontram na pesca artesanal e a única fonte de subsistência familiar, diante da incompatibilidade em conciliar suas tarefas e responsabilidades familiares e domésticas com o trabalho formal, perpetuando a lógica de exclusão do mercado com melhores condições de geração de renda.

Marina Figueiredo (2013) discute a sobrecarga vivenciada pelas mulheres, que acumulam a jornada produtiva com o trabalho doméstico, especialmente diante do aumento de sua participação no sustento familiar. No contexto das famílias envolvidas na produção do pescado, a autora demonstra que a divisão social do trabalho é estruturada a partir do gênero. Como muitas pescadoras não dispõem de meios para terceirizar o cuidado dos filhos, sua atuação na pesca é realizada de forma simultânea às responsabilidades domésticas.

De acordo com Scheffler (2002a, p. 28), no âmbito da exploração familiar, “as fronteiras entre trabalho doméstico não remunerado e o trabalho remunerado, dentro e fora de casa, são extremamente permeáveis”. No caso da mariscagem, esse trabalho é feito em alternância com as atividades domésticas, e é realizado, muitas vezes, por vários membros da família como, por exemplo, os filhos. (FIGUEIREDO, Marina. 2013)

Na pesca artesanal, essa organização é particularmente evidente: os homens realizam seu trabalho no mar, enquanto as mulheres geralmente têm seu trabalho em terra. As atividades consideradas de menor prestígio, como a mariscagem (Figueiredo, 2011), são predominantemente atribuídas às mulheres. Durante o trabalho de campo, essa dinâmica pôde ser observada nas rotinas das pescadoras, que permaneciam em casa ao longo do dia enquanto os homens seguiam para a pesca no mar.

A mariscagem envolve deslocamentos iniciados, muitas vezes, antes do amanhecer até as áreas de mangue. Imersas na lama, as mulheres utilizam instrumentos simples ou confeccionados por elas mesmas para a coleta manual de sururu, ostras, caranguejos e outros mariscos. Trata-se de um trabalho minucioso, no qual, um a um, são retirados os mariscos da lama ou da superfície onde estão fixados. Como o produto possui alta perecibilidade, o beneficiamento deve ocorrer brevemente. Assim, ao retornarem para casa transportando o peso da coleta, as pescadoras dão início ao processo: após a limpeza, primeiramente é realizada a fervura, com lenha geralmente cortada pelas próprias marisqueiras, e na sequência é feita a catação dos mariscos²⁰ (Figueiredo, 2013).

Além dos mariscos propriamente coletados, as marisqueiras também beneficiam outros pescados também trazidos pelos homens, como siri, camarão e lagosta, conciliando essa etapa com outras tarefas domésticas e comunitárias. Muitas vezes também são responsáveis pela venda dos produtos e pela confecção e manutenção dos apetrechos de pesca e de mariscagem. Essa articulação de tarefas simultâneas é retratada por Ednalva Reis, marisqueira de Salinas das Margaridas (BA), no documentário “Mulheres das Águas”:

É pegando um trabalho aqui, largo aqui, encubro aqui. Olhe, vou lá olhar a panela no fogo, me sento e cato de novo (o siri). Tem uma roupa de molho, cubro aqui, vou lá ligeiro, passo água na roupa, boto na corda, volto de novo. A vida da gente é um corre-corre. (Beto Novaes, 2016)

Neste sentido, concordamos com Gomez e Pena ao discorrer sobre as condições do trabalho:

Para a mulher, está reservada geralmente a extração de mariscos, adicionada à carga das atividades domésticas, enquanto o homem se insere nas atividades da pesca. Mariscos e peixes são produtos perecíveis que exigem infraestrutura de armazenamento congelado e higienizado, do que o pequeno produtor não dispõe. Com isso, comumente o pescador ou pescadora artesanal retira da sua produção a parte necessária para assegurar a sobrevivência da família e o excedente vende ao atravessador, semelhante ao que ocorre na agricultura familiar. A urgência em vender o produto condiciona a aceitação dos preços irrisórios impostos pela intermediação financeira. E, inclusive, a necessidade de manter longas jornadas de trabalho que podem chegar a 14 e 16 horas diárias, sem descanso semanal nem férias (2014p. 03).

²⁰ A catação de mariscos consiste em separar manualmente o molusco da concha ou a “carne” dos crustáceos das carapaças. São partes muito pequenas que necessitam muitas unidades para compor uma boa quantidade para finalidade comercial, conforme Cartilha das Boas Práticas no Manuseio do Marisco, disponível em: https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/PE/Anexos/SEBRAE%20-%20CARTILHA%20-%20MARISQUEIRAS_VF.pdf. “Por mais habilidade que se tenha, a gente consegue catar em média de três quilos por dia, quem é mais rápido.” (Fala de Marizelha Lopes, marisqueira, Ilha de Maré, Salvador – BA, no documentário “Mulheres das Águas”, 2016).

O trabalho das marisqueiras é invisibilizado e toda a jornada exaustiva traz diversos riscos e consequências à saúde das mulheres na pesca. Dentre os principais problemas ocupacionais que acometem as marisqueiras, destaca-se a privação do sono, movimentos repetitivos, desgastes físicos e mentais, e ausência de tempo para outras atividades e lazer.

Estes problemas são decorrentes de diversos fatores, como pela postura inadequada durante a atividade de coleta do marisco. Frequentemente exige que as trabalhadoras permaneçam curvadas em pé ou agachadas por longos períodos no manguezal.

Frisa-se também a postura em pé durante o cozimento e a separação dos mariscos, o que sobrecarrega a coluna vertebral, quadris e joelhos, causando problemas de articulação e movimento. O uso constante e repetitivo das mãos e punhos para a coleta e limpeza dos mariscos é um fator crítico, levando a uma alta prevalência de queixas e lesões nessas áreas (Silva *et al.*, 2021).

Mesmo diante de tantas responsabilidades e demandas, as mulheres na RESEX vem se organizando para participar ativamente na luta por direitos, como é o caso da articulação Rede de Mulheres Pescadoras e Marisqueiras de Comunidades Extrativistas do Sul da Bahia, fundada em 2009, na RESEX de Canavieiras, cujas dentre as pautas principais estavam “a efetivação do reconhecimento de assuntos de interesse específico do gênero feminino e também da luta cotidiana e união das pescadoras e marisqueiras em prol de uma transformação em sua qualidade de vida” (CARMO *et al.*, 2016).

6. DADOS COLETADOS: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE

Nesta seção, serão apresentados os dados coletados em campo entre os anos de 2021 e 2022, conforme relatado na metodologia. Os respondentes são moradores das nove comunidades da RESEX de Canavieiras, que abrange os municípios de Belmonte, Una e Canavieiras, de acordo com a tabela abaixo. É importante dizer que a quantidade de pessoas residentes na comunidade é variável, sendo que algumas comunidades apresentam maior população e outras com poucos residentes, a exemplo de Campinhos, com estimativa de 105 famílias, e Barra Velha com estimativa de 30 famílias, segundo AGUIAR (2022). Estas estimativas se dão em razão da dificuldade de encontrar dados censitários oficiais sobre a população beneficiária da RESEX.

Tabela 1 - quantitativo de respondentes das comunidades por município

Comunidade	Belmonte	Canavieiras	Una	Total
Belmonte	1			1
Biela	16			16
Atalaia		15		15
Barra Velha		9		9
Campinhos		15		15
Oiticica		17		17
Outra comunidade		19		19
Puxim da Praia		8		8
Puxim do Sul		21		21
Sede		60		60
Pedras de Una			22	22
Total Geral	17	164	22	203

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa de campo em 2021 e 2022.

5.1 Perfil social das famílias

No tocante aos aspectos sociais, foram coletadas informações tanto do respondente, quanto dos membros familiares envolvidos na pesca artesanal, envolvendo ao todo 434 pessoas, com intuito de compreender o perfil das famílias das comunidades. Cabe aqui ressaltar que o entendimento de pesca artesanal envolve uma ampla gama de atividades, caracterizada pela mão de obra familiar, podendo, ou não, conter apetrechos e pequenas embarcações, para pesca e coleta de peixes, crustáceos e moluscos, ou, ainda, referentes ao beneficiamento dos produtos, também relatado pelos entrevistados como catação.

Em relação ao gênero, o percentual de pessoas que trabalham na pesca se mostrou equilibrado, com pouca diferença maior às mulheres, que representam 53% da amostra, em relação aos homens, correspondendo a 47%.

A idade dos pescadores entrevistados abrangeu as idades entre 11 e 92 anos, sendo a idade média 42 anos e a faixa etária mais expressiva entre 40 e 59 anos, com 45% das respostas, seguida da faixa de 20 e 39 anos, correspondente a 35%.

Este dado chama atenção ao levarmos em consideração as extensas jornadas de trabalho que envolvem a produção do pescado, sobretudo ao que tange à divisão familiar do trabalho. Trata-se de um ofício laboral e tradicional, transmitido de geração a geração, perpassando desde os mais idosos até a infância. Esta relação exprime um conhecimento ancestral intimamente ligado ao território, de forma simbiótica com o ambiente, bem como práticas coletivas, de

solidariedade e de cooperação. Contudo, não está dispensada de atenção quanto ao reconhecimento e a garantia de direitos trabalhistas - uma das grandes lutas da ocupação. Diante das necessidades, os pescadores artesanais investem horas extenuantes no trabalho como forma de manutenção da renda e subsistência familiar.

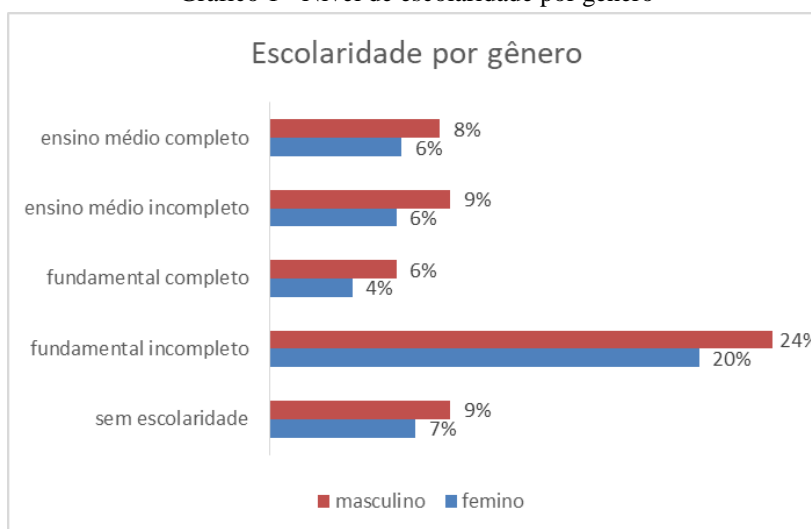
Figura 5 - À esquerda, casa de pescadores indicando a venda de pescado. À direita, pescador mostrando armazenamento do seu produto em casa.



Fotos: a autora, ano 2021.

Sobre a escolaridade das famílias, 16% dos pescadores não têm escolaridade, tendo a maior parte (44%) concluído apenas o nível fundamental. Estes dados apontam o quadro de um problema social atrelado a desigualdade social e vulnerabilidade destas famílias. Outro ponto observado é em relação a variável do gênero, em que se nota um maior percentual de escolaridade de homens em detrimento às mulheres, o que pode estar associado ao acúmulo de funções.

Gráfico 1 - Nível de escolaridade por gênero



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa de campo, 2021 e 2022.

A maior parte das famílias se declara negra ou parda, correspondente a 89% da amostra, enquanto 8% se declaram brancos e 2% indígenas.

Importante destacar este ponto ao relacionarmos a questão racial das populações tradicionais com a sobreposição de calamidades e violações que ocorrem nestes territórios. Reafirma a vulnerabilidade social e histórica enfrentadas pelas comunidades. Estas sobreposições se manifestam em diversas ordens, seja pelo conflito de terra por parte de grileiros e latifundiários, seja pela pressão da indústria do turismo ou pelos desastres e catástrofes, como o derramamento de petróleo, a pandemia e as inundações que atingiram o sul da Bahia, incluindo a RESEX Marinha de Canavieiras.

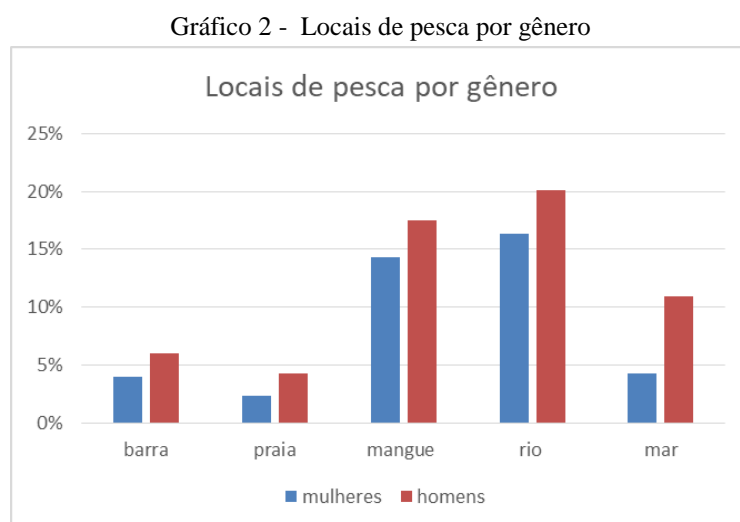
Sobre o conceito de vulnerabilidade, Cerqueira (2019) afirma que esta condição se materializa espacialmente de formas diferentes, pois está correlacionada ao perfil social da população. Desta forma, existe uma distribuição desigual dos riscos, já que a exposição das classes sociais é desigual, tornando vulnerável “aquela população que conviver em espaços onde os riscos sejam mais graves, intensos e/ou sobrepostos.” (CERQUEIRA, p. 25).

Neste sentido, entende-se aqui vulnerabilidade diretamente atrelada ao racismo ambiental, que consiste não somente na distribuição geográfica desigual de problemas ambientais, mas também o acesso desigual a recursos naturais, como água limpa, espaços verdes e alimentos saudáveis pela população negra.

A respeito da identidade das famílias, 63% se identificam como pescadores, 25% como extrativistas e 9% como agricultores familiares. Este dado reforça a forte relação deste grupo social com a terra e seu modo de vida.

5.2 Dados sobre a pesca

Nos tópicos a seguir, as questões foram direcionadas apenas ao respondente. Sobre as questões relacionadas à pesca, serão abordados os dados, trazendo recorte de gênero. Dos 203 respondentes, 92 correspondem às mulheres (45%) e 111 aos homens (55%). Dentre os locais onde são exercidas as atividades de pesca obedeceram a um percentual proporcional entre os gêneros, considerando 10 pontos percentuais superiores de homens em relação às mulheres. Esta proporcionalidade foge à exceção em relação ao mar, sendo o local onde a atuação masculina tem maior predominância, chegando a 7% de diferença no tocante à feminina.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa de campo, 2021-2022.

A pesca no mar geralmente é realizada através de embarcações e pode durar vários dias e apresentar maior risco em relação às outras atividades de pesca. Esta condição impede que as pescadoras e marisqueiras, que tenham ocupações em casa e com os filhos, consigam conciliar suas diferentes atividades. Além disso, o trabalho na pesca artesanal não está dissociado do machismo presente na sociedade patriarcal, sendo um fator estruturante que condiciona o papel da mulher de forma desfavorável em relação ao homem.

Neste contexto, é comum o discurso de que a pesca no mar é um trabalho pesado, justificando a atuação masculina para tal. Durante o trabalho de campo, em conversa com um pescador, foi afirmado que a presença das mulheres nas embarcações traz má sorte. Esta narrativa reforça o apagamento do trabalho feminino em outras atividades da pesca, como é o caso da mariscagem, ao ignorar todo o desempenho físico, estratégico e emocional exigido para a pesca. Em muitos casos, as marisqueiras precisam percorrer longos percursos, até chegar aos manguezais e estuários, curvando seu corpo durante horas na coleta dos mariscos, e retornar

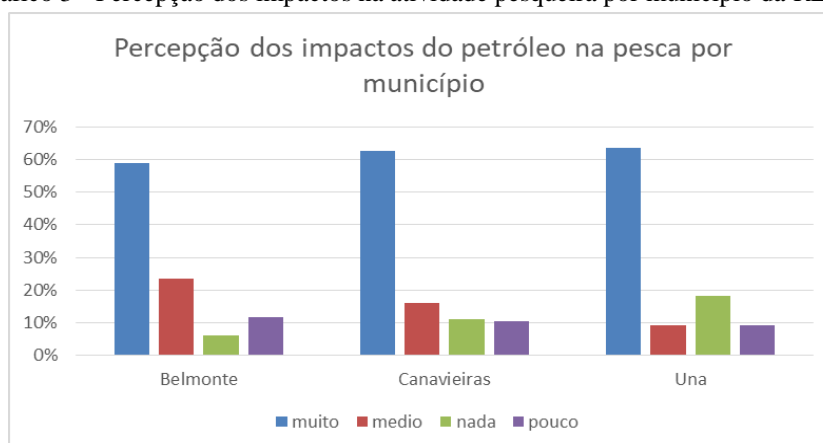
carregando o peso das conchas e outros animais na cabeça ou nas costas, como já discutido no capítulo anterior. Apesar da invisibilização da atuação da mulher na pesca, os dados apontam a presença feminina de forma equiparável à masculina.

Questionados sobre a catação do marisco, dos 111 homens entrevistados, 67 afirmaram que trabalham na atividade, correspondendo a 60% dos respondentes masculinos. Quanto às mulheres, das 92 entrevistadas, 58 declararam trabalhar na catação, correspondendo a 63%. Sobre o total de pessoas na atividade, 46% correspondem às mulheres e 54% representam os homens.

A chegada do petróleo no sul da Bahia afetou drasticamente o bioma de manguezal, bem como outros ecossistemas marinhos e, conseqüentemente, a vida das pessoas que dependem deste território para sua subsistência. Neste sentido, foram levantados os dados em campo para compreender em que proporção e como estes impactos afetaram a vida das populações tradicionais da pesca artesanal.

Sobre a percepção dos impactos sobre a atividade pesqueira, 63% das pessoas se sentiram muito impactadas, representando um número expressivo. Já as respostas “Não impactou”, “Pouco impacto” e “Médio Impacto” variaram entre 11%, 10% e 16%, respectivamente. Ao trazer o recorte do impacto por município, Belmonte revela o local onde a percepção foi um pouco mais amena, comparado a Canavieiras e Una, este último tendo considerado maiores os impactos provocados. Estes dados não envolvem somente as capturas, mas também a comercialização, uma vez que as vendas caíram por receio dos consumidores em relação à qualidade do pescado. Sem saber de onde provinham os produtos, os consumidores diminuíram drasticamente suas compras, atingindo todas as comunidades pesqueiras, mesmo as que não foram diretamente afetadas.

Gráfico 3 - Percepção dos impactos na atividade pesqueira por município da RESEX



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa de campo, 2021 e 2022.

Com a calamidade da pandemia poucos meses após o desastre do petróleo, a situação das famílias atingidas foi ainda mais fragilizada. Questionado os respondentes sobre a intensidade da chegada da pandemia, 52% dos entrevistados consideram que ela impactou tanto quanto o petróleo. Analisadas as formas de consumo e comercialização dos produtos antes e depois da chegada dos dois desastres, pode-se observar que em grande parte houve redução nas principais formas. Vale ressaltar que o autoconsumo é a forma de maior destaque, o que indica ser parte da subsistência das famílias dos pescadores e sua redução implica na insegurança alimentar.

Tabela 2 - formas de consumo e comercialização antes e depois da chegada do petróleo e da pandemia

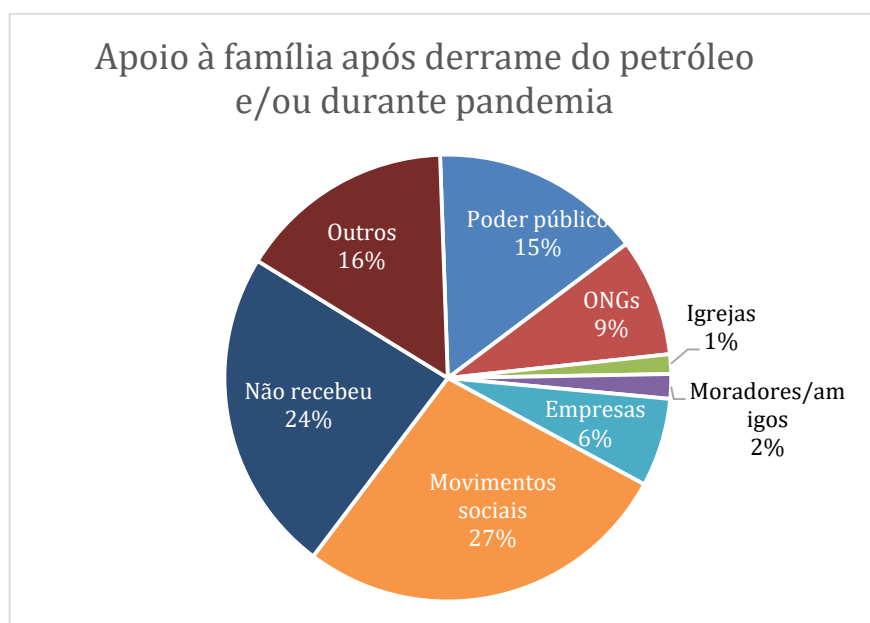
Forma de consumo	Antes (%)	Depois (%)
Autoconsumo	65,02	62,56
Atravessador	64,53	54,19
Comprador direto	59,11	51,72
Peixaria	18,23	13,3
Outras formas	5,91	6,9
Internet	1,97	1,97
Não comercializa	1,48	9,36
Venda ou troca com instituições	0,99	1,48

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa de campo, 2021-2022.

Dentre os dados que não apresentaram redução nas formas de consumo após a chegada do petróleo e pandemia, destacam-se “outras formas” e “Venda ou troca com instituições” com um pequeno aumento, indicando a adoção de alternativas para a comercialização e consumo frente à calamidade, assim como a “Internet”, a qual se manteve como forma regular. O dado que mais chama atenção diz respeito a não comercialização de produtos da pesca após a os desastres, apontando o impacto na renda familiar.

Em relação ao recebimento de apoios e em cesta básica ou dinheiro para o enfrentamento da crise, 24% dos respondentes informam que não ter recebido nenhum tipo de apoio. Por outro lado, a maior parte dos donativos foi recebida pelos movimentos sociais, alcançando 27% dos respondentes, em contraponto do poder público, que chegou a apenas 15% das famílias. Este dado destaca a importância da gestão e articulação social nos enfrentamentos de crise.

Gráfico 4 - Origem do apoio recebido às famílias pós chegada do petróleo e/ou da pandemia.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa de campo, 2021-2022.

Dos outros apoios recebidos as quantidades mais expressivas foram 68% oriundos das colônias e associações de pescadores e 18% provenientes da RESEX e Associação Mãe dos Extrativistas da RESEX de Canavieiras (Amex).

Ao serem questionados sobre o recebimento de apoio do poder público especificamente para a pesca, 71% afirmaram não ter recebido qualquer apoio ou política pública para a classe de trabalhadores da pesca, enquanto 24% não souberam informar e apenas 5% alegaram ter recebido algum apoio, como cesta básica, auxílio petróleo, colchões, seguro, crédito financeiro, doação de boias e coletes pelo ICMBio e construção de píer, segundo os entrevistados.

Sobre o conhecimento do apoio pelo poder público para a população afetada em geral, 62% afirmaram que não houve, 30% não soube responder e 8% alegaram que existiu algum apoio, como cesta básica, auxílio emergencial, alimentos e roupas, álcool gel e máscaras, dentre outros.

5.3 Voluntários no combate ao petróleo e efeitos na saúde

A iminência da chegada do petróleo na RESEX de Canavieiras instaurou um clima de desespero nas famílias beneficiárias e em grande parte da população. Diante deste cenário a AMEX junto à outras frentes articulou a campanha SOS MANGUEMAR CANES, que reuniu cerca de 300 voluntários de diversos setores, sendo a maioria pescadores artesanais. Esse

enfretamento se deu sem um protocolo de segurança adequado pelo poder público e organizações de saúde, sendo muitas vezes realizados sem minimamente a utilização de EPIs, pela falta de insumos que suprissem toda a demanda.

Buscando compreender e dimensionar estes impactos, este bloco da pesquisa irá abordar questões relacionadas à saúde.

A primeira pergunta desse eixo foi se o entrevistado ou algum membro de sua família foi voluntário no combate ao petróleo, pergunta à qual 75% afirmaram ter participado das ações. Este dado revela a alta mobilização espontânea dos pescadores. Cabe aqui ressaltar que a pesquisa buscou respondentes de diversas localidades e bairros com diferentes perfis e condições sociais, cuja característica comum é o trabalho e a subsistência na pesca e a relação específica com seu território. Eliete Paraguassu traz sensivelmente essa relação em sua fala:

Desde que eu me entendo por gente eu já pescava, é muito interessante isso. Minha mãe quando ia pra maré me levava. A gente acaba passando essa cultura. Meus filhos vão pro mangue e tem uma flor do mangue que a gente chama de cachimbo. É uma florzinha que já cai em pé. Então quando ele vai pro mangue eu digo “não mexa no cachimbo porque ele vai cair em pé e vai nascer mangue”. Então, eles já vêm com este respeito. O mangue pra gente é sagrado.

Sobre os efeitos na saúde em relação ao contato indireto ou direto com o petróleo, 76 dos 203 (37%) respondentes afirmaram a existência de manifestação de sintomas decorrentes do contato com o petróleo na família, sendo que destes, 23% sentiram os efeitos somente na época do desastre e 15% ainda sentiam os efeitos na data da pesquisa, entre 1 e 2 anos após o desastre. A persistência de sintomas reforça a gravidade da situação e a negligência institucional na vigilância e acompanhamento clínico da população exposta.

Dos respondentes que apresentaram alguma manifestação, a dor de cabeça e náuseas, vômitos ou tonturas foram os principais sintomas, conforme representado na tabela abaixo:

Tabela 3 - Principais sintomas relacionados ao contato direto ou indireto com o petróleo

Sintomas	%
Dor de cabeça	32
Problemas de pele	21
Náuseas, vômito ou tonturas	28
Outros sintomas	19
Total	100

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do campo, 2021-2022.

Dentre os outros sintomas manifestados estavam dor ou ardência nos olhos, com maior incidência, seguido de problemas respiratórios; febre ou dores no corpo; dormência nas mãos ou sensação estranha; e taquicardia e ansiedade.

Questionados sobre o recebimento de apoio pela do poder público estadual ou municipal, apenas 27% afirmaram que a comunidade local recebe algum apoio, sendo a maioria destinado ao enfrentamento da pandemia, como teste de covid, atendimento no posto de saúde, álcool e máscaras, etc.

Os relatos de ausência de atendimento adequado, despreparo dos serviços de saúde e inexistência de protocolos configuram uma violação do direito à saúde, agravando a precarização já historicamente vivenciada pelas comunidades tradicionais. A precarização da resposta estatal, aliada à dependência econômica da pesca e da mariscagem, intensificou a vulnerabilidade das famílias, resultando ainda em insegurança alimentar e instabilidade financeira. No município de Canavieiras foi formado o COE (Comitê Operacional de Emergência) em articulação com algumas instituições e foram definidos critérios para que as pessoas que apresentassem sintomas fossem encaminhadas ao hospital da região, em Ilhéus. Contudo, o COE formalmente não foi efetivado.

7. RESULTADOS E ALGUMAS CONCLUSÕES

O desastre provocado pelo derramamento de petróleo em 2019 revelou, de maneira dramática, como populações tradicionais permanecem na linha de frente dos impactos socioambientais que atravessam o território brasileiro. Ao analisar o caso da Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras, evidencia-se que a atuação coletiva das comunidades locais não apenas mitigou os danos imediatos, mas também expôs a centralidade da organização social como instrumento de defesa territorial, de manutenção da vida e de reprodução sociocultural. A mobilização articulada pela RESEX, por meio da campanha SOS Manguemar Canes, tornou-se exemplo emblemático de autonomia comunitária diante da ausência de respostas estatais coordenadas.

A capacidade de auto-organização demonstrada pelas comunidades costeiras dialoga com a perspectiva desenvolvida por Porto, Pacheco e Leroy (2013), segundo os quais o conceito emerge das lutas sociais e dos conflitos territoriais vivenciados por grupos historicamente vulnerabilizados e que, mesmo diante da negligência institucional, constroem formas próprias de cuidado, monitoramento e enfrentamento aos riscos. No caso de Canavieiras, esse protagonismo não representou apenas uma resposta emergencial, mas reafirmou o papel

estratégico das Reservas Extrativistas como territórios de resistência socioambiental e de proteção da biodiversidade.

Esse processo ganha ainda mais relevo quando compreendido à luz das transformações espaciais do capitalismo. Este episódio também torna evidente a interação desigual entre escalas globais e locais. Conforme analisa Milton Santos (2013) a mundialização fragmenta e hierarquiza a natureza - universal - em fatias servidas conforme à racionalidade e escala da ordem hegemônica, podendo configurar escalas mundiais, guiadas pela lógica mundial, como circulação de riqueza e distribuição de mercadorias, como exemplificou o autor. Neste entendimento, “cada lugar é ponto de encontro de lógicas que trabalham em diferentes escalas, reveladoras de níveis diversos e às vezes contrastantes, na busca da eficácia e do lucro, no uso das tecnologias do capital e do trabalho” (SANTOS, 2013, p. 18). Neste entendimento, ao pensarmos na escala do lugar das comunidades tracionais, percebe-se que esse contraste se evidencia na força contra-hegemonica por estas sociedades, ao perceberem seus territórios apropriados e ameaçados pela ordem capitalista. Estes lugares se tornam, então, ponto de encontro para coletividade e organização social, pelas populações tradicionais, na defesa de sua totalidade de natureza.

Essa perspectiva da lógica mundialista de Santos (2013) pode servir compreensão o óleo transportado pelo navio *Bouboulina*, pertencente a uma rota internacional de exportação de petróleo, inserido nas engrenagens do comércio global, alcançou territórios que não participam dos benefícios dessa cadeia econômica, mas sofrem diretamente seus impactos. Essa mesma lógica revela o contraste um emblemático e dialoga com Prost (2010), ao comparar os conflitos de uso causados pelas vantagens locais das regiões costeiras ao apresentar “alto valor estratégico nos fluxos nacionais de circulação, do forte peso dos fluxos comerciais internacionais” (PROST, 2010, p. 50), bem como o crescimento expoente do turismo aliado a grandes empreendimentos do setor hoteleiro. Nesse jogo desigual de interesses, enquanto o circuito superior da economia global opera guiado pela eficiência e pelo lucro, imprime sua lógica nas comunidades costeiras, — situadas no circuito inferior e dependentes dos ecossistemas costeiros — sobrepondo-se aos modos de vida, de produção e reprodução da população local.

O derramamento de petróleo e sua ausência de gerenciamento revelam precisamente essa lógica: enquanto as consequências recaem desproporcionalmente sobre populações tradicionais, o comando das decisões — econômicas, tecnológicas e políticas — permanece distante dos territórios afetados. A experiência da RESEX Canavieiras demonstra que, mesmo

diante dessa assimetria estrutural, os grupos tradicionais mobilizam saberes, redes de solidariedade e práticas de manejo para defender os ecossistemas dos quais dependem.

Ao mesmo tempo, a ausência de instrumentos públicos eficazes de prevenção, resposta e reparação reforça o caráter estrutural das desigualdades ambientais no Brasil. Conforme argumentam Zhouiri e Laschefski (2010), a política ambiental brasileira tende a operar sob um regime de seletividade, no qual determinados territórios são sistematicamente expostos a riscos maiores devido à sua posição periférica nas dinâmicas do desenvolvimento econômico. Canavieiras ilustra esse padrão: apesar de seu reconhecido valor ecológico e cultural, a proteção institucional se mostrou insuficiente nos momentos críticos.

Nesse cenário, o papel da RESEX se revela duplo ator: ao mesmo tempo que protege ecossistemas sensíveis, atua como espaço político que fortalece a identidade, o pertencimento e as redes comunitárias. O protagonismo demonstrado no enfrentamento ao petróleo reafirma a importância de políticas públicas que garantam às populações tradicionais não apenas reconhecimento formal, mas participação efetiva nos processos decisórios e acesso a recursos para prevenção e gestão de desastres.

Diante disso, conclui-se que a experiência da RESEX Canavieiras fornece uma contribuição fundamental para o debate sobre justiça ambiental no Brasil. Sua atuação evidencia que soluções efetivas frente as crises e desafios ambientais exigem o fortalecimento dos territórios tradicionais enquanto sujeitos ativos na preservação de seus territórios, dos ecossistemas e da vida. Mais que registrar um episódio de crise, este trabalho demonstra que, diante das contradições do desenvolvimento hegemônico, são as comunidades que, historicamente marginalizadas, produzem formas concretas e eficazes de gestão coletivo, manejo sustentável e cuidado do bem comum.

8. REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

AGUIAR, P. C. B. de. **Transformações Socioambientais do Município de Canavieiras (Bahia): Uma análise à influência da RESEX**. 112f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente). Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus (BA): UESC, 2011

AGUIAR, Paulo César Bahia. **RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE CANAVIEIRAS, BAHIA, BRASIL: uma análise sob a ótica da sustentabilidade ambiental**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC. Ilhéus (BA), 2022.

AGUIAR, Paulo César Bahia; PIRES, Mônica de Moura. A região cacauceira do sul do estado da Bahia (Brasil): crise e transformação. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**. Vol. 28, nº 1. Bogotá. Jan./Jun. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.15446/rcdg.v28n1.67437> . Acesso em: 09/03/2024.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019. 152 p. (Feminismos Plurais). Coordenação de Djamila Ribeiro.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. [Brasília], 18 jul. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 26/11/2024.

CARMO, J. C. *et al.* Voz da natureza e da mulher na RESEX de Canavieiras-Bahia-Brasil: sustentabilidade ambiental e de gênero na perspectiva do ecofeminismo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 24, n.1, p. 155-180, janeiro/abril, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/44285/31687>. Acesso em: 09/03/2024.

CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES E PESCADORAS. **As manchas de petróleo no litoral brasileiro e o silenciamento de pescadores e pescadoras artesanais**. 2020. Link de acesso disponível em: <https://www.cppnacional.org.br/noticia/manchas-de-petr%C3%B3leo-no-litoral-brasileiro-e-o-silenciamento-de-pescadores-e-pescadoras>. Acesso em: 17/06/2024.

FIGUEIREDO, Marina Morenna A. **A mariscagem e as mulheres na baía do Iguaçu – BA**. In: SEMINÁRIO ESPAÇOS COSTEIROS, 1. Salvador, 2011.

FIGUEIREDO, Marina Morenna A. **Trabalho e participação política das pescadoras na Reserva Extrativista (RESEX) Canavieiras – BA**. Dissertação (Mestrado) – Pós-graduação em Geografia. Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/20158/1/Marina_Morenna_Alves_Fi. Acesso em: 09/03/2024.

GOMEZ, C., PENA, P. Saúde dos pescadores artesanais e desafios para a Vigilância em Saúde do Trabalhador. **Ciência & saúde coletiva**, vol.19, nº 12 Rio de Janeiro. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/gpPmdF6MdkDRxF8kXpnDkNN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09/03/2024.

HERCULANO, Selene. Lá como cá: conflito, injustiça e racismo ambiental. Texto apresentado no I Seminário Cearense contra o Racismo Ambiental, Fortaleza, 20 a 22 de novembro de 2006. Disponível em: http://sinop.unemat.br/injustiya_e_bacismo_ambiental_pdf.pdf. Acesso em: 20/12/2025

INSTITUTO ECOTUBA. **Plano de ação para o caranguejo-uçá em Canavieiras**. 96p. Brasil, 2006. Disponível em: <https://tg.cepf.net/resources/documents/plan-action>. Acesso em: 13/05/2024

JANUÁRIO, Ariadne C. M. Impactos da debilidade institucional na emissão de registro geral da pesca para a reprodução social da pesca artesanal. **Trabalho de Conclusão de Curso, Bacharelado em Administração Pública da Universidade Federal do Paraná**. Paraná, 43 p. 2019. Disponível em: <https://litoral.ufpr.br/admpublica/wp-content/uploads/sites/6/2021/04/IMPACTOS-DA-DEBILIDADE-INSTITUCIONAL-NA-EMISSAO-DE-REGISTROS-GERAL-DA-PESCA-PARA-A-REPRODUCAO-SOCIAL-DA-PESCA-ARTESANAL.pdf>. Acesso em: 20/03/2024.

MACHADO, Louise Oliveira Ramos; RÊGO, Rita de Cássia Franco; MAFRA, Eduardo (Orgs.). **Maré Bruta: um panorama do derramamento de petróleo na costa do Brasil em 2019-impactos e gestão do desastre na perspectiva das comunidades**. Guarujá-SP. Editora Científica Digital, 2024.

MULHERES das águas. Direção: Beto Novaes. Produção: UFRJ, VideoSaúde. **Documentário publicado pela Fiocruz**. 2016. Disponível em: <https://videosaude.iciet.fiocruz.br/filmes/mulheres-das-aguas/>. Acesso em: 09/03/2024.

PAES E SILVA, Lays Helena. Ambiente e justiça: sobre a utilidade do conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro. **e-cadernos CES**. 17 | 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1123>. Acesso em: 20/12/2025.

PACHECO, Tania. **Desigualdade, injustiça ambiental e racismo: uma luta que transcende a cor**. 2007. Disponível em: www.racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/tania-pacheco/desigualdadeinjustica-ambiental-racismo. Acesso em 09/012/2025.

POLLI, Leonardo de Souza. Metodos e tecnologias a serviço do desenvolvimento territorial e comunitario de quilombos. **ANAIS I CONGRESSO INTERNACIONAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL: diálogo Brasil Cuba, Feira de Santana, 2016**. Disponível em: <https://base.socioeco.org/docs/quilombos.pdf>. Acesso em: 09/03/2024.

PROST, Catherine. RESEX marinha versus polo naval na baía do Iguape. **Novos Cadernos NAEA**, v. 13, n. 1, 2010, pp. 47-70.

SACRAMENTO, Elionice Conceição. **Da diáspora negra ao território das águas: ancestralidade e protagonismo de mulheres na comunidade pesqueira e quilombola Conceição de Salinas-BA**. 2019. 187 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais). Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <http://repositorio2.unb.br/handle/10482/37330>. Acesso em: 06/07/2025.

SACRAMENTO, Elionice Conceição. **Direitos humanos e defesa do ambiente: relações de gênero, cumprimento do Acordo de Escazú e oportunidades para filantropia** [livro eletrônico] Rubens Harry Born, Rodrigo Montaldi Morales. - 1. ed. - Jandira, SP : Fundo Casa Socioambiental, 2022. Disponível em: <https://casa.org.br/wp-content/uploads/2022/05/pt-01-racismo-ambiental-e-mulheres-defensoras.pdf> Acesso em 12/01/2024.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2013.

SAPUCAIA, Carolina Silva. **TERRITÓRIO GOIAMUNZEIRO LIVRE: a pesca artesanal do guaíamum na RESEX de Canavieiras (BA), conflitos territoriais e resistências**. Dissertação (Mestrado) – Pós-graduação em Geografia. Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 2024.

SCHIMIDT, Sarah. **Mais extenso derramamento de petróleo ocorrido no país causa forte impacto na biodiversidade marinha**. 2024. Revista Pesquisa FAPESP. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/mais-extenso-derramamento-de-petroleo-ocorrido-no-pais-causa-forte-impacto-na-biodiversidade-marinha/>. Acesso em: 05/10/2024

SENADO. **CPI DO DERRAMAMENTO DE ÓLEO NO NORDESTE**. 10/03/2020 - Debate sobre o derramamento de óleo em municípios do Estado da Bahia. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/59408>. Acesso em 19/11/2024.

SILVA, J. S. C.; PICANÇO, J. F.; CALIL, J. G. O grande desastre esquecido: análise preliminar do derramamento de óleo na costa brasileira (agosto/2019 – março/2020) e seus impactos no litoral da Bahia. **Rev. UFMG, Belo Horizonte**, v. 27, n. 2, p. 54-79, set./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadaufmg/article/view/21450/28910> Acesso em: 28/01/2025.

SILVA, R., NEERY, A., PENA, P., RIOS, M., PAULA, R. Sintomas musculoesqueléticos em catadoras de marisco. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**. 2021;46:e4. Disponível em: [https://www.scielo.br/j/rbso/a/DfrWcBs6hNjNH6Q3GR9SHZQ/?format=pdf&lang=pt#:~:text=Na%20etapa%20de%20cozimento%20a,4%25\)%20\(Tabela%204\)](https://www.scielo.br/j/rbso/a/DfrWcBs6hNjNH6Q3GR9SHZQ/?format=pdf&lang=pt#:~:text=Na%20etapa%20de%20cozimento%20a,4%25)%20(Tabela%204).). Acesso em: 25/06/2025

SOUZA, Thiago A.; SOTÃO-NETO, Basílio M. T.; COMBI, Tatiane. Derrame de petróleo na costa do Brasil (2019-2020): Caracterização e riscos associados. *In*: MACHADO, Louise O. R.; REGO, Rita de Cássia F.; MAFRA, Eduardo. **Maré Bruta: um panorama do derramamento de petróleo na costa do Brasil em 2019 - impactos e gestão do desastre na perspectiva das comunidades**. Editora Científica Digital, 2024. p. 76-86. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.com.br/books/978-65-5360-576-3.pdf>. Acesso em: 01/06/2024.

Vazamento de petróleo completa um ano sem solução. **WWF**. Brasil, 30 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/?76948/Vazamento-de-petroleo-completa-um-ano-sem-solucao>. Acesso em: 09/03/2024.